

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**O ESTILO DE VIDA ROMANO:
AS TERMAS NO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO**

ARIANI MERENA SIRONI

Taquara

2017

ARIANI MERENA SIRONI

**O ESTILO DE VIDA ROMANO:
AS TERMAS NO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Licenciatura Plena em História das Faculdades Integradas de Taquara, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História, sob orientação da Prof^a. Me. Elaine Smaniotto.

Taquara

2017

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram em meu potencial, e que de alguma forma colaboraram com a realização deste sonho, em especial meus pais, Hilário e Maria, ao meu irmão caçula, Samuel.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos que auxiliaram na caminhada não é tarefa fácil, pois sempre se corre o risco de esquecer alguém. Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado força, ânimo e determinação para realizar este trabalho, e pela oportunidade de conhecer pessoas que me colocaram neste caminho e me auxiliaram durante minha vida acadêmica, pois com certeza, se não fosse por elas, este momento não estaria se concretizando agora.

À minha família, pela paciência, compreensão, ajuda, pelos cafés tarde da noite, pela parceria para correr para todos os cantos comigo atrás de materiais, pela curiosidade aguçada que me levava a querer saber mais e, principalmente, aos meus pais pelo exemplo de vida e parceria ao longo destes anos.

Aos mestres do curso de História, que me proporcionaram conhecer um mundo novo, mais crítico e interessante do que eu imaginava, por me questionarem, me incentivarem e pelos puxões de orelha bem merecidos.

A minha orientadora Elaine Smaniotto, que desde o início da caminhada sempre esteve ao meu lado com o seu “o que mais” e “aprofundar”, tão característicos dela e que fizeram refletir mais do que sobre o assunto, minha própria capacidade. Em especial, um obrigada pela amizade única, forjada com um certo portfólio, que ficará eternamente guardado na memória com muito carinho, por acreditar no meu potencial, mesmo quando eu duvidava, e dando exemplo de professora que temos que ser: envolvida, prestativa, estudiosa, interessada e parceira.

À professora Dóris, pelas monografias pedidas em aula que serviram de ensaio para este momento, pelas sugestões de modificações deste TCC e principalmente pelos livros emprestados que serviram de base teórica para esta pesquisa.

À professora Andréia, por me aceitar de penetra num certo passeio, proporcionando-me uma experiência única e enriquecedora que ainda não havia tido, pelo acolhimento nas aulas e sugestões de alteração nos textos e neste trabalho em especial, o tamanho de meus parágrafos jamais será o mesmo.

Agradeço também aos amigos que fiz durante estes 8 anos, pois a vida sem vocês não teria graça, nem chocolate. obrigado a todos com quem tive o privilégio de estudar, em especial Jessé e Élen, que estiveram comigo desde o início.

RESUMO

O presente trabalho discute sobre o papel desempenhado pelas Termas durante o período Imperial da Roma Antiga (século I a. C. ao século IV d. C.), no processo de romanização dos povos conquistados. O método encaixa-se no contexto da História Cultural à medida que tem por principal objetivo analisar o papel que as Termas desempenharam no processo de romanização dos povos anexados ao território durante o período Imperial Romano, para compreender a influência que esses exerceram nos diferentes espaços. A pesquisa é bibliográfica, de caráter qualitativo. Observa-se com ela que a construção do “ser romano” ia além da simples obtenção do direito romano, ou cidadania romana, estando ligado a ideia de que ser civilizado para Roma era ser limpo, abrangendo dessa forma, todo um modo de se pensar a vida, o cotidiano, a sociedade, a civilização e principalmente o que não era “civilizado”, ou seja, o “bárbaro”. A *pax romana* trouxe, desse modo, um movimento pela busca de fortificação da posição romana nesses territórios, utilizando-se muito mais de mecanismos de influência, como o comércio, o governo, a imigração e as construções públicas, do que propriamente a força bruta com o exército. Assim sendo, estudar as Termas neste contexto, enquanto um dos principais prédios públicos nas remodelações empreendidas por Roma e como uma das construções mais populares dos imperadores, justifica-se pelo fato de que esses espaços foram fundamentais para a perpetuação da ideia do ser romano, sem que se tenha nascido necessariamente em Roma.

Palavras-chave: Expansionismo romano. Processo de romanização. Termas.
Pax Romana

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Extensão do Império.....	19
Imagem 2 -	Panorama da cidade de Roma.....	35
Imagem 3 -	Planta da cidade Silchester, Bretanha.....	39
Imagem 4 -	Planta de Herculano, sepultada juntamente com Pompéia pela erupção de 79 d.C.	40
Imagem 5 -	Rede de Aquedutos que abasteciam Roma.....	46
Imagem 6 -	Sistema de transporte de água até a cidade com aquedutos.....	48
Imagem 7 -	Axonometria do conduto do aqueduto Anio Vetus em Roma....	49
Imagem 8 -	O <i>castellum</i> de distribuição do aqueduto de Nimes.....	50
Imagem 9 -	Hipocausto do apodyterium de Baraca Augusta.....	52
Imagem 10 -	Conjunto planimétrico das termas do foro (Pompéia).....	53
Imagem 11 -	As termas de Caracala.....	55
Imagem 12 -	Localização das termas na cidade de Pompéia.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia do território conquistado na República e no Alto Império.....	23
Quadro 2 - Cidades italianas novas.....	42
Quadro 3 - Cidades novas fundadas fora da Itália.....	42

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O CONTEXTO EXPANSIONISTA DO IMPÉRIO ROMANO	14
2.1	Fronteira: bárbaros versus civilizados	14
2.2	Da República ao Principado: a política expansionista romana	18
2.3	A Pax Romana nos dois primeiros séculos da Era Cristã	26
3	AS CIDADES ROMANAS	30
3.1	As ideias sobre a cidade de Roma	30
3.2	As Províncias: Ocidente X Oriente	37
4	A ESTRUTURA FÍSICA DAS TERMAS E SEU COTIDIANO	45
4.1	Os aquedutos	45
4.2	A estrutura física e suas tecnologias	51
4.3	A inserção urbana das Termas	56
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

As Termas são o conjunto arquitetônico que reuniu as grandes inovações concebidas na época imperial romana. Este império, mais do que conquistar territórios, adotou por política externa a fortificação das fronteiras, fundando e/ou remodelando uma grande quantidade de cidades, que obedeciam a um rigoroso planejamento, contando com um conjunto de edifícios e monumentos, dos quais as termas faziam parte, e que tinham por objetivo difundir o modo de vida romano.

O presente estudo tem a finalidade de analisar justamente este papel desempenhado pelas Termas para a romanização dos povos conquistados, detendo-se no período Imperial da Roma Antiga, compreendido entre 30 a.C., com a subida ao trono de Augusto até a queda do Império Romano do Ocidente no século IV a.C.¹. Vinculando-se dessa forma a uma especificidade da história da cidade e dos aspectos urbanos, cujo método inscreve-se no contexto da História Cultural².

As Termas, objeto principal desta pesquisa, eram sinônimos de modernização, urbanização e civilidade. Elas eram a representação do poder romano. Para Roger Chartier (1991, p. 186), “a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta”.

Se no período do império³ as guerras empreendidas seriam visando apenas dominar as fronteiras naturais, a *pax romana*⁴ trouxe um movimento pela busca de

¹ As balizas cronológicas sobre a queda do Império Romano do Ocidente continuam sendo discutidas. “Seguindo uma perspectiva muito particularista (às vezes política, às vezes religiosa, às vezes econômica), já se falou, dentre outras datas, em 330 (reconhecimento da liberdade de culto aos cristãos), em 392 (oficialização do cristianismo), em 476 (deposição do último imperador romano) e em 698 (conquista muçulmana de Cartago) como o ponto de partida da Idade Média” (FRANCO, JR., 2004, p. 14), portanto, o fim do Império Romano do Ocidente.

² A História Cultural amplia os campos de pesquisa e conhecimento, deixando para trás o tradicional, tendo abrangentes formas de escrever e reescrever a história de determinada sociedade a partir de novas fontes. “A presença da História Cultural assinala, pois, uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade, em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão. Pode-se mesmo aventar que a História tenha sido uma das últimas ciências humanas a enfrentar essa revisão de pressupostos explicativos da realidade. Mas, quando realizou essa tarefa, produziu mais alarde e contestação. Mais críticas e ataques, de alas de órfãos ou ressentidos, que se julgam abandonados pela Musa, seduzida por uma nova moda”. (PESAVENTO, 2005 p.16).

³ Entendido aqui como o período de ascensão de Otavio, em 27 a.C., sucessor de Julio Cezar, que, após a vitória em Ácio, passou a ser visto como o restaurador da liberdade, obtendo o título de *Princeps* (o mais eminente cidadão), sendo que representou uma conquista tripla: política, temporal e espacial (MENDES; SILVA, 2006, p. 26). Quanto à queda do Império, várias são as datas aceitas, neste trabalho optou-se 476 d.C. com a deposição do último imperador (FRANCO JR, 2004, p. 14).

fortificação da posição romana nesses territórios, utilizando-se muito mais de mecanismos de influência, como o comércio, o governo, a imigração italiana, as construções públicas, do que propriamente a força bruta com o exército, embora essa não tenha sido anulada.

Pode-se observar, dessa maneira, que os antigos romanos buscavam não apenas conquistar o território, mas conquistar também os povos que ali habitavam, a diferença de tal sentença repousa no fato da prevalência do entendimento de que a “[...] civilização tinha o direito de conquistar e organizar o mundo [...]” (BUSTAMANTE, 2006, p. 109). A obsessão romana por ordem valia-se de um arranjo geométrico, fundamentado em princípios tranquilizadores que o próprio corpo percebia. É a partir desse imaginário que se planejavam as cidades, tendo por base as correspondências bilaterais que a percepção visual era capaz de perceber nas coisas que as cercavam.

Por meio dessa fórmula geométrica, que Sennett (2003) argumenta que nasceu a regra de ver para crer e obedecer; as linhas dos corpos, das construções, das cidades, revelam os princípios de uma sociedade bem organizada, que foi construída para suportar as rupturas dos séculos.

A construção do “ser romano”, portanto, ia além da simples obtenção do direito romano, ou cidadania romana, uma vez que abrangia todo um modo de se pensar a vida, o cotidiano, a sociedade, a civilização e principalmente o que não era “civilizado”, ou seja, o “bárbaro”⁵, e que passava necessariamente pelas Termas.

A ascensão de Roma marcou, segundo Anderson (2004), um novo ciclo de expansão imperial, que não apenas representava um deslocamento geográfico no centro de gravidade do Mundo Antigo para a Itália, mas também um desenvolvimento socioeconômico revertendo em um novo dinamismo à sociedade, que resultava na ideia de se querer pertencer a Roma.

Dentre seus principais imperadores passaram as dinastias dos Julios-Claudios, dos Flavios, Antoninos, dos Severos, dos Sírios, Ilírios, o Império conheceu as Tetrarquias e os imperadores da casa de Constantino (MENDES; SILVA, 2006, p. 291- 293).

⁴ “Pax Romana”: período de prosperidade econômica e cultural para os romanos. “Expressão usada para caracterizar um longo período de tranquilidade e de progresso por que passou o império romano no decorrer dos dois primeiros séculos da Era Cristã. [...] No entanto, esse período, equilibrado, sólido e pacífico, jamais permitiu que as regiões dominadas recuperassem sua liberdade. Paz, sim, mas romana e sob suas leis. A Paz Romana é, portanto no fundo, uma paz enganadora, melhor definida como paz à moda romana”. (AZEVEDO, 1999, p. 349 - 350).

⁵ “Na Antiguidade Clássica, bárbaro era aquele que não falava grego ou latim, sendo, pois, considerado incivilizado” (AZEVEDO, 1999, p. 256), ou seja, bárbaro era qualquer um que não fosse romano.

Essa tarefa teve consequências para os dois lados: ao mesmo tempo em que os romanos dominavam seus vizinhos, implantando seu modo de vida por meio, principalmente, de suas cidades planejadas e de seu sistema político e militar, também eram influenciados pelos povos conquistados, uma vez que no encontro de culturas sempre acaba acontecendo um jogo de perdas e ganhos.

Nesse sentido, os romanos adotaram o sistema de cidades planejadas, onde se observa a implantação de alguns prédios públicos padrões, neste caso em específico, faz-se distinção de maneira especial, a *Terma*, local onde o objetivo principal não era a higiene, mas a busca por um prazer diferenciado, complexo. Elas possuíam além das piscinas e banheiras, frias ou aquecidas, salas destinadas ao descanso e à conversação. Bibliotecas, locais para prática de ginástica e realização de pequenos jogos, jardins e cabines de massagens também foram sendo agregados a elas. Essa associação, num só local, de diversas formas de lazer, constitui uma das manifestações de maior originalidade romana. Assim, a importância de se estudar as *Termas* neste contexto justifica-se pelo fato de que esses espaços foram fundamentais para a perpetuação da ideia do ser romano, sem que se tenha nascido necessariamente em Roma.

Neste trabalho, objetiva-se compreender o contexto expansionista romano durante o período imperial, além da prática de remodelação e construção de cidades, identificar diferenças nas fundações de cidades ocidentais e orientais do Império, para entender a mudança na política expansionista imperial em comparação ao período da república, bem como conhecer e analisar a estrutura física das *Termas* e como esta refletia no estilo de vida romano.

A política expansionista romana, dessa forma, era concretizada com a instauração do principado, onde a ambição, nascida dois séculos antes, e afirmada desde então, toma forma com maior força: a extensão do *Imperium* ao seu tamanho máximo. Entender tal contexto exige compreender, contudo, como sublinha Grimal (2008), que depois de Augusto, se torna inconcebível que um general ambicioso envolva os exércitos sob suas ordens em iniciativas militares próprias.

Sennett (2003) destaca que o imperador precisava que seu poder fosse evidenciado em monumentos e obras públicas, enfatizando que o governo não existia sem a pedra.

Corroborando com essa ideia, Bustamante (2006) aponta que

[...] havia a necessidade de uma ordem visual, cuja concretude, solidez e grandiosidade enfatizassem a crença na continuidade, na durabilidade e na imutabilidade do domínio romano. Assim o cidadão ao olhar estas construções, seria levado a obedecer ao regime imperial (BUSTAMANTE, 2006, p. 116).

A fronteira romana, dessa forma, demarcava os limites do Império e também a fronteira imaginária que resultava da construção do ideário do que seria “ser romano”, ou seja, de um estilo de vida dotado de uma visão própria de si mesmo como um centro difusor de civilidade.

Martins (1997) retrata a fronteira como o ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos, por diferentes grupos humanos. Assim, a dualidade entre civilizados e bárbaros, precisa ser discutida, visto que o “bárbaro” não é um grupo único, mas apenas uma denominação comum utilizada pelos romanos para se referir a todos que estavam para além de seus muros.

Faz-se necessário sublinhar o termo fronteira dentro da historiografia atual, para entender como essa linha demarcatória e divisória afetou a construção do poder romano nas áreas por ele conquistadas. A ocupação territorial, nesse sentido, é organizada sob um tripé de força, poder e prestígio, que Martins (1997) define, em síntese, como um espaço de conflitos, se não militares, culturais. Roma se utilizará deste tripé claramente ao fazer uso do exército, de políticas públicas e construções como as Termas, para a dominação e manutenção de sua posição dentro das localidades anexadas ao Império.

Magalhães (2003) reforça essa ideia quando enfatiza que fronteira não é apenas o lugar de construção de uma linha divisória, demarcatória ou de divisão política. Ela precisa ser vista como construção histórica, resultante de relações de poder e como realidades efetivas e do pensamento. Entende-se, dessa forma, que a política expansionista romana ao estabelecer suas fronteiras, sempre para além delas mesmas, também estabelecia uma maneira de entender o mundo e de agir nele, que precisava ser perpetuado por meio de construções, e que, não poucas vezes encontrava relutâncias que se manifestavam de formas variadas ao longo do tempo.

A cidade, ou o ato de construí-la, busca ser a apresentação perpétua que o imperador faz de Roma, daí o termo popular “cidade eterna”. Porém, esta só pode ser evidenciada se levarmos em conta, de acordo com Andrade (1997), que embora

o propósito tenha sido a imutabilidade, foi a criação de novas sensibilidades e a redefinição do campo do visível, instaurando novas práticas sociais, que proporcionou uma real continuidade e perpetuação na história da cidade Romana. Dessa forma, como salienta Chartier (2002), as representações só são realmente válidas na medida em que transformam o meio em que estão inseridas.

A pesquisa que aqui se apresenta é bibliográfica, de caráter qualitativo, sendo que o acervo documental legitimador deste Trabalho de Conclusão de Curso é um extenso conteúdo bibliográfico e visual que apresenta informações como datas, mapas, personagens, cidades, imagens e outras informações gráficas e textuais.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo que o primeiro apresenta a introdução aqui descrita, que visa dar um panorama geral do que será abordado ao longo do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a discussão sobre fronteira, neste caso a estabelecida entre romanos e os povos tidos por estes como “bárbaros”, em seguida aborda o contexto expansionista romano, da República ao Império, para ser possível observar a mudança de postura na política do principado, nesse sentido se faz necessário um olhar mais atento ao período da *Pax Romana* que irá marcar os dois primeiros séculos da Era Cristã. Para atingir os objetivos propostos, utilizaremos os estudos realizados principalmente por Pierre Grimal (1993, 2008), Perry Anderson (2004), Norma Musco Mendes e Gilvan Ventura Silva (2006) e também Regina Maria da Cunha Bustamante (2006, 2009).

O terceiro capítulo busca mostrar, primeiramente, um olhar mais teórico sobre a cidade enquanto centro difusor de cultura, neste caso em especial a própria Roma, e as centenas de outras “Romas” que surgiram conforme o Império aplicava a sua política de fortalecimento das fronteiras. Neste capítulo ainda será trabalhado a construção da cidade romana, que, por sua vez, obedecia a um ritual próprio, que tinha diferenças entre o Ocidente e o Oriente. Para isso nos valem dos estudos realizados por Leonardo Benevolo (1997), José D’Assunção Barros (2007), Sandra J. Pesavento (1997, 2002, 2005) e Richard Sennett (2003).

O quarto capítulo apresenta e examina a estrutura física das Termas, bem como as inovações utilizadas em sua construção, e que muitas vezes fora resultado das conquistas de outros povos, mas é sob o julgo romano que alcançam seu potencial mais alto. Nesse sentido, também visa analisar o papel que as Termas desempenharam no processo de romanização dos povos conquistados, durante o

período Imperial Romano para compreender a influência romana nos diferentes espaços, ou seja, as Termas como instrumento de propaganda do Império. Para isso nos embasaremos, principalmente, nas pesquisas realizadas pelos seguintes autores: Regina Maria da Cunha Bustamante (2006, 2009), Emily Cole (2014), Richard Sennett (2003) e Alberto Carpiceci (1995).

Por último, para concluir o trabalho, o quinto capítulo apresenta as considerações finais proporcionadas com o estudo, apresentando os resultados alcançados neste trabalho.

2 O CONTEXTO EXPANSIONISTA DO IMPÉRIO ROMANO

O império romano expandiu seus limites, chegando a ser o maior do mundo conhecido. O povo romano tornou-se uma mistura de culturas dos povos conquistados e, apesar das diferenças, juntos, lançaram a base para a construção do Império Romano como o conhecemos. O presente capítulo analisa tal contexto dividindo-se em três pontos: o primeiro apresenta o conceito de fronteira e a dualidade bárbaros *versus* civilizados; o segundo ponto trabalha a expansão romana propriamente dita e o terceiro ponto discute a *Pax Romana*, sendo esta marcada por um período de tranquilidade e de progresso pelo qual passou o Império Romano no decorrer dos dois primeiros séculos da Era Cristã, que foi mantida por hábeis governantes e por uma força militar bem treinada e disciplinada.

2.1 Fronteira: bárbaros versus civilizados

A fronteira romana demarca muito mais do que os limites do Império, uma vez que também a fronteira é imaginária, fruto da construção do ideário do “ser romano”, ou seja, de um estilo de vida dotado de uma visão própria de si mesmo como um centro difusor de civilidade⁶. Nesse sentido, faz-se necessário discutirmos o termo fronteira dentro da historiografia atual, para entender como essa linha demarcatória e divisória contribuiu para a construção do poder romano nas áreas por ele conquistadas.

Entende-se, dessa forma, o conceito de fronteira atribuído por José de Souza Martins (1997, p. 11-12) de frente de expansão, e, portanto, local de conflitos, “ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados por diferentes modos por diferentes grupos humanos”.

Esse espaço é dotado de aspectos únicos que acabam por caracterizar as pessoas que nele habitam,

⁶ O termo surgiu na França, ser civilizado era ser bom, urbano, culto e educado; é uma característica cultural que se contrapunha à ideia de barbárie, de violência, de selvageria, contudo a partir do século XX o termo foi se aproximando dos conceitos de cultura, de povo, de Nação. (SILVA & SILVA, 2008, p.59- 62)

[...] ainda que os romanos em marcha mantivessem sua condição de cidadãos, a repetição compulsiva que os garroteava exprimia a grande divisão entre Roma e a fronteira mais distante: nos confins do mundo, as pantomimas com que se pretendia recriar a capital do império constituíam uma ameaça à vida dos conquistados (SENNETT, 2003, p. 99).

É na fronteira que podemos observar como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. Nesse sentido, ela cria uma cultura peculiar, não só romana, nem só bárbara, mas um conjunto que se funde conforme as disputas vão ocorrendo e, embora o processo de romanização seja implacável, é nas suas brechas que os povos conquistados buscam manifestar características culturais próprias, formando dessa maneira uma “colcha de retalhos” que em seu todo figuram o *Imperium*⁷ como o conhecemos, visto que Roma, desde sua fundação, tem por características adaptar as culturas estrangeiras a sua própria maneira⁸.

Dessa forma, Dóris Rejane Fernandes Magalhães (2003) reforça a ideia de que a fronteira precisa ser entendida, além de palco político e econômico, também como o lugar em que ocorrem encontros e desencontros, porque ao deslocar moradores antigos, acaba confrontando etnias diferentes e ocupando a terra de outrem.

Para tanto, parafraseando Martins (1997), não é apenas uma questão geográfica, é fronteira de muitas e diferentes coisas, de culturas e visões de mundo, de etnias, história e historicidade do ser humano. Isso porque a guerra põe em confronto não só dois povos fisicamente, mas igualmente, visões de mundo e definições do outro, que expressam a concepção do gênero humano por ambos os lados.

A dualidade, “civilizados *versus* bárbaros” precisa, dessa forma, ser analisada mais a fundo, visto que os bárbaros eram, na realidade, povos que ficavam para além das fronteiras romanas. Assim sendo, a fronteira não é só um espaço de conflito, mas também uma linha demarcatória entre “eles e nós”, entre os que “não possuíam cultura”, segundo a percepção romana, e os que precisavam levá-la ao mundo, a própria Roma.

⁷ A noção expressa pela palavra *imperium* está viva na mentalidade romana, tanto quanto podemos remontar. Designa uma força transcendente, simultaneamente criativa e reguladora, capaz de agir sobre o real, de o submeter a uma vontade [...] contém a ideia de ordenação, de preparativos feitos tendo em vista um fim, concebido pelo espírito de quem comanda. (GRIMAL, 1993, p. 9-10)

⁸Basta analisar o caso dos Etruscos e mais notoriamente os gregos, que influenciaram claramente a cultura romana, as próprias terras são uma extensão dos ginásios gregos. (GRIMAL, 1993)

A pesquisadora Reina Maria da Cunha Bustamante (2006) coloca que a identidade romana deve ser compreendida dentro da ideia de construção social, na medida em que passou por transformações relacionadas à pluralidade de práticas culturais, a partir não só de hábitos, mas também das tensões e negociações advindas da dinâmica romana de governo.

Faz-se a ressalva, contudo, que o crescimento do poder cívico romano só foi possível, como aponta Perry Anderson (2004, p. 55), porque “Roma provou ser capaz de ampliar seu próprio sistema político [...]” assim, a fronteira só é instalada, enquanto linha demarcatória, em seu sentido geográfico, quando há um movimento conjunto de pacificação das disputas internas nos territórios recém adquiridos, e seu consequente sucesso, caso contrário ocorrem várias insurgências, como é o caso da Bretanha até a construção da Muralha de Adriano⁹.

A visão romana de civilizado está relacionada diretamente a ideia de limpeza. Para tanto, a água adquire status de destaque dentro da sociedade, sendo prova disso as redes de esgotos, os banheiros públicos, os aquedutos, as numerosas fontes e as próprias Termas, que deram um novo significado a cidade, sendo que muitas dessas inovações foram as reais responsáveis pela possibilidade de aglomerar tantas pessoas num espaço tão restrito, mas sobre as Termas, que será aprofundado no último capítulo deste estudo.

Richard Sennett (2003) apresenta a ideia de que a geometria do espaço romano disciplinava o movimento corporal, ou seja, a conquista de novos territórios é seguida de um conjunto de medidas que visam integrar esse novo território com Roma, tais medidas são baseadas nas imagens construídas ao longo do tempo do que seria ser romano, a partir da dualidade entre vencidos e vencedores.

Roger Chartier (2002) aponta que essa apropriação social dos discursos dos vencidos é o resultado do procedimento no qual estes são dominados e confiscados pelos indivíduos ou instituições que se arrogam o controle exclusivo sobre eles. O Império¹⁰ toma assim, mais do que apenas o território, pega para si o compromisso de narrar a história, tendo-se como centro da narrativa.

⁹A muralha de Adriano foi uma impressionante combinação de muros, fossos e caminhos entre o estuário Saue e o rio Tyne, tinha mais de cem quilômetros e 27 grandes fortes, que serviram para pacificar a região constantemente atacada pelos povos que ficavam ao Norte da ilha (COSTA, 2010).

¹⁰ Entende-se nesse trabalho que “Império e imperialismo são termos próximos, mas se referem, na verdade, a realidades bem distintas. Imperialismo é uma ação, política ou econômica, de expansão ou dominação de um Estado sobre outros. Império é um Estado, por vezes o resultado da ação imperialista, mas que não se confunde com esta” (GUARINELLO, 2006, p. 14).

Contudo, Sandra J. Pessavento (1997, p. 37) enfatiza que,

Entre o mimetismo e o sonho, inserem-se as representações do real, que, não sendo o real-concreto formam como que seu outro lado [...] em outras palavras, há correspondência entre práticas sociais e representações, assim como há relação entre a passividade dos fatos e a leitura que, ex-post, fazemos deles.

Por tanto, mesmo os discursos sendo carregados de representações que tendem a enaltecer a figura romana, é possível a partir deles, ver o outro lado, assim como o carimbo em uma folha nos permite visualizar o objeto que o fez, desse modo também, tais discursos, sejam eles materiais ou não, nos levam a vislumbrar a “imagem” por detrás destas falas. Entretanto, estas falas não são literais ou reflexos do real, mas simbólicas ou metafóricas.

Para Chartier (2002, p. 184) “[...] a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa.”

Entende-se, dessa forma, que a política expansionista romana, ao estabelecer suas fronteiras, sempre para além delas mesmas, também estabelecia uma maneira de entender o mundo e de agir nele, que precisava ser perpetuado por meio de construções, e que, não poucas vezes, encontrava relutâncias que se manifestavam de formas variadas ao longo do tempo.

Sabe-se que Roma ficou conhecida pela sua tolerância com os povos anexados, seja pela religiosidade, seja pela legislação¹¹, contudo, apesar da diversidade cultural do Império Romano, havia uma experiência cultural compartilhada, manifestada no emprego de representações aceitas de identidade comum¹². Esta foi construída paulatinamente através de mecanismos que buscavam diferenciar romanos dos outros povos, Sennett (2003, p. 107) defende que “Corpo, casa, fórum, cidade império baseavam-se em imagens lineares [...] a obsessão romana de organizar o espaço de forma clara e precisa [...]. A geometria procurava dar uma ideia de uma Roma eterna e essencial [...]”.

¹¹Adaptavam o conjunto de leis locais as leis romanas, bem como toda a forma de governo, que em alguns âmbitos permanecia local com as elites, ao mesmo tempo em que se adaptavam ao sistema romano de governo (GRIMAL, 1993).

¹² BUSTAMENTE, 2006, p.125.

Assim, antes da linha fronteira definir a presença do civilizado num território determinado, Martins (1997) aponta que, à frente de domínio já se expande, indiretamente, empurrando os grupos nativos mais próximos para territórios de seus vizinhos mais distantes, pontuando que, como zona de conflito, necessariamente ocorrerá embates, concluindo que dessa forma o que poderia ter sido um momento de descoberta do ser humano, tornou-se “um momento trágico de destruição e morte” (MARTINS, 1997, p. 163), ou seja, não ocorre uma identificação do outro como igual, mas sim o oposto, e enquanto diferente há a necessidade de transformá-lo, senão de forma pacífica, pela força.

É exatamente essa realidade que fortalecerá a ideia de “superioridade”, dando uma denominação geral aos diversos povos circundantes como bárbaros, descaracterizando-os de suas peculiaridades individuais enquanto grupos, e também enquanto indivíduos. A partir daí, também é possível vislumbrar a visão romana que tinham de si mesmos de centro do mundo conhecido.

2.2 Da República ao Principado: a política expansionista romana

Desde o princípio, Roma teve por política agregar os conhecimentos dos povos que ia conquistando, exemplo disso são os etruscos, e mais notoriamente os gregos. Dessa maneira, vemos os romanos de uma forma muito peculiar, utilizando-se de uma tecnologia existente, e adaptando-a as suas necessidades.

Precisa-se ressaltar que a política expansionista de Roma visava a manutenção de seu próprio Império, pois “quando a pressão se combina com a falta de alternativas, surge o conflito[...]” (MARTINS, 1997, p. 177).

A economia romana era claramente agrária e com mão de obra escrava, dessa forma a guerra se tornava essencial para a manutenção do império, pois trazia terras, tributos e escravos, sendo que os escravos, os tributos e as terras forneciam o aparato para a guerra, fazendo girar a economia em um ciclo vicioso¹³.

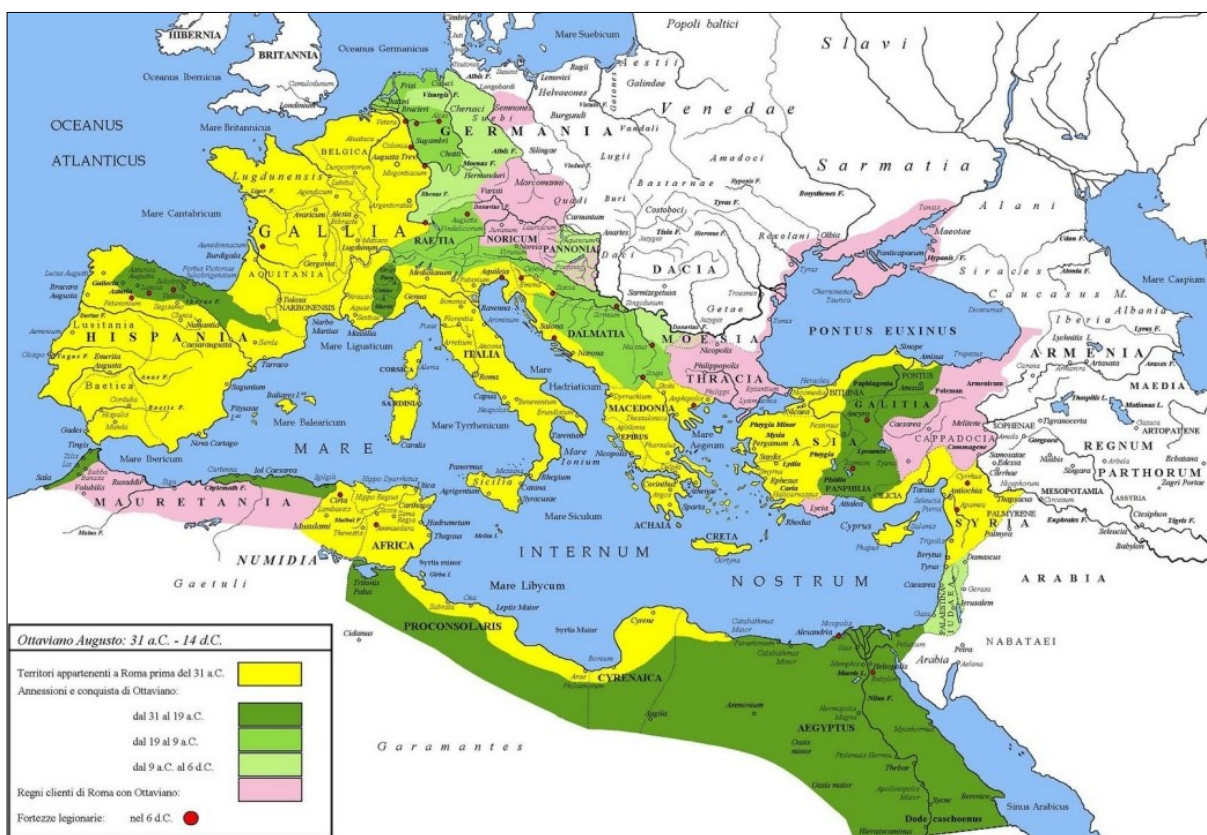
O historiador Anderson (2004, p. 55) expõe que, Roma, “desde o começo [...] havia [...] exigido de seus aliados, tropas para seus exércitos, e não dinheiro para seu tesouro; [...] diminuindo a carga de sua dominação na paz e unindo-os solidamente em tempo de guerra”, esse diferencial ao unir os povos em tempo de

¹³ ANDERSON, 2004, p. 60

guerra, gera o sentimento de pertencimento, e a busca por aceitação nos tempos de paz.

A ascensão romana marcou um novo ciclo de expansão imperial, que não apenas representava um deslocamento geográfico no centro de gravidade do Mundo Antigo para a Itália, mas também um desenvolvimento socioeconômico, resultando em um novo dinamismo da sociedade, com um surto de construções de cidades, de forma a facilitar a dominação.

Imagem 1: Extensão do Império



LEGENDA: O mapa se refere a extensão do Império no período de Augusto. Em amarelo, a extensão da República romana em 31 a.C.; em verde, observa-se os territórios conquistados durante o reinado de Augusto; em rosa as zonas sob tutela de Roma.

FONTE: COSTA, Ricardo da. *Do fim do mundo Antigo à Alta Idade Média (100- 600 d.C.)*. Palestra proferida no café Geográfico da UFES, 2010. Disponível em <<http://www.ricardocosta.com/artigo/do-fim-do-mundo-antigo-alta-idade-media>>. Acesso em: 22.jun.2017.

Dessa forma, observa-se através da imagem 1, o dinamismo da nova política expansionista adotada pelo Império, onde a expansão territorial propriamente dita se dá em menor escala. Fica claro tal afirmativa quando compara-se a parte destacada em amarelo, que representa a República Romana, com as partes anexadas ao longo do Império de Augusto, em verde.

Tal realidade se dá em grande medida devido ao fato de que ampliar um império já imenso exigia uma quantidade de esforços e recursos que Roma ou não possuía ou não via vantagens claras e imediatas. Assim, foi o êxito na organização da produção agrícola em grande escala, com o trabalho escravo, a condição primeira para o sucesso das conquistas e colonizações¹⁴ permanentes das extensas terras pertencentes ao Império, principalmente no tocante a parte Ocidental.

Ricardo da Costa (2010) pondera que neste período ocorre a solidificação das fronteiras, formando um cinturão da metade sul da Europa até a Ásia, sendo por Augusto (63 a.C.- 14 d.C.) consolidado, como destaca-se na Imagem 1 em verde mais escuro.

Essa expansão territorial teve profundas repercussões na sociedade e na economia da península italiana. Alain Travoy (1996a, p. 88) afirma que “[...] a transferência das riquezas dos países conquistados e a chegada do produto do saque ou das imposições romanas provocaram a modificação das condições de vida.”

A partir do momento em que se deu a unificação da Itália pelos romanos, estes voltaram seu olhar para além mar, para uma antiga concorrente, Cartago¹⁵, culminando com as Guerras Púnicas, e com a vitória sobre estes, Roma tornou-se a maior potência do Mediterrâneo Ocidental, atraindo o foco da atividade comercial para dentro de seus “muros”.

A vitória romana sobre Cartago¹⁶ abriu um novo campo de atuação. O historiador Pierre Grimal (1993, p. 20 – 21) salienta que,

¹⁴ Entende-se colonização como, mais do que um conceito, uma categoria histórica. “[...] é um fenômeno de expansão humana pelo planeta, que desenvolve a ocupação e o povoamento de novas regiões. [...] está intimamente associado a cultivar e ocupar uma área nova, instalando nela uma cultura preexistente em outro espaço. [...] tem tanto o caráter de ocupação e cultivo de novos territórios como o de domínio, exploração e instalação cultural, pois a cultura do colonizador é transportada para o novo território [...] já ocupado, com habitantes que possuem cultura e estruturas sociais próprias [...]”. (SILVA; SILVA, 2008, p. 67- 70)

¹⁵ Localizada ao Norte da África, destacado em amarelo, verde escuro e rosa, na Imagem 1, e que demonstra as diversas investidas militares na região por parte dos romanos.

¹⁶ Há controvérsias historiográficas sobre o período de fundação da cidade de Cartago, advindas do confronto entre as distintas interpretações da documentação escrita e os escassos vestígios materiais de períodos mais remotos, sendo propostas como datações o período que vai desde fins do século IX a.C. ao primeiro terço do século VII a.C., contudo, seja como for, a origem fenícia da cidade não é questionada, e remonta a tradição literária da saga da princesa fenícia Dido, que para fugir da cobiça do irmão Pigmaleão, juntamente com um grupo de descendentes foge, vindo parar na costa africana, próximo da atual cidade da Tunísia. No final do século VI a.C., quando Roma era uma entre as numerosas comunidades existentes na Itália, cartagineses e romanos estabeleceram um tratado de amizade e aliança para combater a ameaça grega. Contudo a aliança romano-cartaginesa se desfez quando os romanos iniciaram sua expansão na Sicília. Em 264 a.C., Roma aceitou o pedido de auxílio da cidade siciliana de Messina, que fora tomada do domínio grego de Siracusa pelos

A vitória sobre Aníbal teve por consequência um verdadeiro *protectorado* romano estabelecido nas cidades gregas a leste do Adriático [...] no termo das operações desenvolvidas no Oriente [...] toda a bacia do Mediterrâneo Oriental se tornará um lago romano.

Em conformidade com tal afirmativa é possível verificar que a própria expansão na zona helênica por muito tempo foi hesitante e incerta, orientada mais para ações bloqueadoras para conter as grandes rupturas do sistema político existente, criando reinos independentes em vez de províncias conquistadas¹⁷. O que, dessa maneira, sinaliza a influência grega na cultura romana. Assim sendo, a civilização que se desenvolveu a partir da cidade de Roma, na Itália, é herdeira da grega.

Apesar de ter dominado a Grécia militarmente, os romanos se deixaram cativar, por assim dizer, pelos encantos da cultura dos vencidos, o que gerou características arquitetônicas próprias e que se espalharam pelo mundo antigo.

É importante destacar que a política expansionista romana se baseava nas desigualdades de tratamento para com as populações vencidas, que, enquanto umas eram anexadas e dadas o direito de cidadania¹⁸ romano; outras, aliás, a maior parte, mantinham sua autonomia administrativa local, onde eram aplicados o sistema de federação, considerando-os apenas aliados.

Tal estratégia baseava-se no fato de que se ter a cidadania romana era ter inúmeros direitos assegurados, e portanto era extremamente desejada, conseguiu-la exigia que a colônia demonstrasse qualidades que o Império necessitasse, e gerava nas demais a ânsia de possuí-lo.

As mudanças internas de Roma anunciavam as transformações do final do século I a.C. A concepção de um poder confiado a uma única pessoa capaz de

mercenários marmetinos (originários da Campânia, região ao sul de Roma) em 288 a.C. Cartago reagiu a intervenção romana na Sicília, eclodindo assim a Primeira Guerra Púnica, que durou de 264 a.C. até 241 a.C. Além dessa, ocorreram ainda mais duas: a Segunda Guerra Púnica (218 a 202 a.C.) e a Terceira Guerra Púnica (149 a.C a 146 a.C.), terminando com a vitória romana e o fim do Império Cartaginês. (BUSTAMANTE, 2009, p. 15-26.)

¹⁷ ANDERSON, 2004.

¹⁸ Entende-se cidadania “como um complexo de direitos e deveres atribuídos aos indivíduos que integram uma nação, complexo que abrange direitos políticos, sociais e civis. Cidadania é um conceito histórico que varia no tempo e no espaço [...] está atrelada à participação social e política em um Estado. [...] é sobretudo uma ação política construída paulatinamente por homens e mulheres para a transformação de uma realidade específica, pela ampliação de direitos e deveres comuns” (SILVA; SILVA, 2008, p.47- 51).

restabelecer a concórdia e a paz que a crise política¹⁹ do final da República havia causado.

É preciso salientar, nesse sentido, que o poder imperial e a segurança no Império propriamente dito, assentavam-se fundamentalmente no exército²⁰, o que acentuou ainda mais a crise, já que a proteção dos territórios foi entregue a um dispositivo militar composto de legiões de cidadãos romanos e de tropas auxiliares recrutadas das províncias. Assim, o enorme crescimento do Estado romano fez crescer cada vez mais a importância das legiões interessadas em terras e dinheiro.

No período do Império, principalmente nos dois primeiros séculos de nossa era, a economia continuava sua evolução rumo a uma especialização das áreas de produção, acabando por influenciar a estrutura social romana, que reflete diretamente as conquistas do período anterior.

O mundo romano do início do Principado não havia chegado às suas fronteiras definitivas, o que pode ser observado na imagem 1. Uma parte importante da obra de Augusto constituiu-se exatamente em dar fronteiras coerentes ao espaço romano, buscando expandi-las até os acidentes geográficos naturais. O que pode ser percebido ao compararmos o território republicano, em amarelo, e aqueles em tons de verde, conquistados pelo primeiro imperador, e que no caso da Hispânia fica em evidência.

Durante o reinado de Augusto, o império expande seu território de maneira inimaginável, e a partir dele, “[...] as tentativas de conquista foram muito limitadas, e só duas tiveram êxito: a da Bretanha, começada por Cláudio e prosseguida, com sortes diversas, [...] e a da Dácia [...] por Trajano” (GRIMAL, 2008, p.90).

Entender o contexto expansionista exige compreender dessa forma, como sublinha Grimal (2008), que depois de Augusto, torna-se inconcebível que um general envolva os exércitos sob suas ordens em iniciativas militares próprias, dando preferência por obras públicas no lugar de aumentar um império já imenso.

¹⁹Grimal (1993, p. 42) caracteriza a crise do período republicano como “[...] um mundo dilacerado por todos os lados, em que a força das armas substituía as leis” e apresenta o fato de que a figura de Augusto era vista como o de um herói (1993), demonstrando a construção da imagem do imperador, o príncipe perfeito.

²⁰Funari (2002) ressalta a importância do exército como elemento central para o domínio romano, sendo que para o autor, a função do exército, mais do que defender-se de ataques externos, consistia em reprimir a dissidência interna, sua presença deveria garantir o poder romano no interior das fronteiras do Império.

Quadro 1: cronologia do território conquistado na República e no Alto Império

Local	Data	Estatuto político-jurídico
Sicília	214 a.C.	Província senatorial
Sardenha	238 a.C.	Província Imperial
Córcega	227 a.C.	Província Imperial
Hispania Citerior e Ulterior	206- 197 a.C.	Província
Macedônia	146a.C.	Província senatorial
África Proconsular	146 a.C.	Província senatorial
Ásia	133- 129 a.C.	Província senatorial
Cilícia	100 a.C.	Província senatorial
Narbonensis	121 a.C.	Província senatorial
Cirenáica	74 a.C.	Província senatorial
Creta	68- 67 a.C.	Província senatorial
Síria	64- 63 a.C.	Província Imperial
Bitínia e Pontus	64 a.C.	Província Imperial
Chipre	58 a.C.	Província senatorial
Aquitania, Lugdunense e Bélgica	58-52 a.C.	Província Imperial
África Nova (Numídia)	46 a.C.	Província senatorial
Egito	30 a.C.	Província Imperial
Norica	16 a.C.	Província Imperial
Judéia	6	Procuradoria imperial
Panônia	9	Província Imperial
Dalmácia	9	Província Imperial
Capadócia	17	Anexada à Galácia em 72
Lusitânia e Tarraconense	27	Província Imperial
Bética	27	Província senatorial
Acaia	27	Província senatorial
Lícia	43	Província senatorial
Britânia	43	Província Imperial
Mauritânia	44	Província Imperial
Trácia	46	Província Imperial
Rétia	58	Província Imperial
Galácia	72- 113	Província Imperial
Moesia Inferior e Superior	85	Província Imperial
Germânia Superior e Inferior	90	Província Imperial
Dácia	106	Província Imperial
Arábia	106	Província Imperial
Armênia	116	Província Imperial
Mesopotâmia	116	Província Imperial

LEGENDA: Em azul assinala-se os territórios conquistados durante o período da República, já em vermelho aqueles anexados durante o Alto Império. (CORNELL, 2006, p. 295)

FONTE: CORNELL, 2006, p. 295.

O que fica claro ao observarmos a imagem 1 em conformidade com o Quadro 1, é que embora no período imperial se tenha conquistado mais províncias, estes territórios diziam respeito muito mais a estabelecer limites geográficos fáceis de identificar e fazer a manutenção da economia, do que propriamente uma política expansionista como na República. Dessa forma, embora fique claro que muitas das iniciativas militares se deram no período imperial, tais incursões foram consideravelmente menores que as empreendidas no período anterior, destacado em azul.

O Quadro 1 ao apresentar uma relação dos territórios conquistados no período da República e no Alto Império, bem como o estado político-jurídico das províncias em questão, sendo divididas principalmente entre província senatorial e província imperial, acaba por ressaltar de acordo com Norma M. Mendes (2006), que tal divisão é resultado do compromisso assumido entre o Senado e Otavio de dividir o governo do Império.

Augusto recebeu o Império proconsular para governo civil e militar de certo número de províncias que ficaram denominadas de províncias imperiais. Enquanto o Senado e o povo ficariam encarregados do governo e da administração das restantes, chamadas, então, de senatoriais.

Tal organização política visava fortalecer o poder do imperador, que a partir do exemplo de Cezar, percebia que ter o Senado a seu favor era mais útil do que tê-lo como oposição. Dessa forma, Sennett (2003) destaca que os imperadores, enquanto símbolos detentores do poder, precisavam que este fosse evidenciado em monumentos e obras públicas, enfatizando que o governo não existia sem a pedra. Corroborando com essa ideia, Bustamante (2006, p. 116) aponta que

[...] havia a necessidade de uma ordem visual, cuja concretude, solidez e grandiosidade enfatizassem a crença na continuidade, na durabilidade e na imutabilidade do domínio romano. Assim o cidadão ao olhar estas construções, seria levado a obedecer ao regime imperial.

Em geral os imperadores foram bons administradores²¹, contudo o período foi marcado por uma instabilidade que deu a cada um deles um tempo muito relativo de governo. Todavia, foi o suficiente para transformar Roma num centro de comércio intenso, com melhorias das estradas, portos e pontes, que garantiu a abundância material.

Sendo assim, o expansionismo é fruto de sua visão de detentores da civilização, ou seja, promover a guerra a outros povos era mais do que simplesmente ampliar seu domínio do mundo conhecido, ou mesmo, realizar a manutenção de sua economia, era na realidade um ato de libertação, onde pertencer ao império era um privilégio.

Dessa forma, ao conquistar um povo, os romanos não se apresentavam como hostis, a não ser que fosse necessário, mas sim, como libertadores de uma vida

²¹ GRIMAL, 2008, p. 91.

bárbara, dando início a um processo “civilizatório” que passava pela remodelação das cidades.

Embora o período de expansão seja mais forte durante a República, quando estende-se de Gibraltar até às margens do Mar Negro, de Pas-de-Calais até ao deserto da Síria; é com o Império que tais conquistas se solidificam realmente. “A República dera a Roma seu Império, e ele se tornou anacrônico por suas próprias vitórias [...]” (ANDERSON, 2004, p. 64- 65), vitórias estas que se tornam palpáveis à medida que se observa o período imperial ao unificar e apaziguar as conquistas anteriores.

As tensões mais perigosas durante a República foram aliviadas por uma série de políticas astutas e planejadas para restabelecer a ordem social romana. Augusto forneceu lotes de terra aos milhares de soldados desmobilizados depois das guerras civis que marcaram o período anterior.

Contudo, Anderson (2004) acentua que essas doações foram feitas a base da desapropriação de pequenos proprietários e pouco foi feito para melhorar a situação social do campesinato como um todo, ou mesmo para alterar o modelo generalizado da propriedade agrícola. Na capital, a população pobre era apaziguada com as distribuições de cereais, possíveis graças a incorporação dos celeiros do Egito ao território do Império²².

Ao mesmo tempo, é a partir do Principado que as cortes pretorianas e a polícia urbana ficarão sempre postadas em Roma para dominar tumultos, sendo que nas províncias, é instituído um sistema uniforme de tributos sobre a terra e capacitações baseadas em recenseamentos exatos.

Desse modo, a entidade política que hoje denominamos Império Romano é o quadro geográfico e jurídico, no interior do qual se produziu, segundo Grimal (1993, p. 9), “[...] a mais prodigiosa mutação alguma vez vista nas sociedades humanas, e cujas consequências, de toda a ordem, decorridos dois mil anos, ainda não se esgotaram.”.

É dentro desses novos limites impostos pela ascensão do Principado que o Senado adquire novo papel: já não mais a autoridade central que havia sido, embora não desprovido de poder ou de prestígio, mas daí por diante,

²² Ver Imagem 1 (p. 10), no Norte da África, em verde, observa-se o território egípcio anexado por Augusto.

Um instrumento geralmente obediente e subordinado de sucessivos imperadores, revivendo politicamente apenas durante disputas dinásticas ou a intervalos. Mas, enquanto o Senado era, a própria ordem senatorial em si – agora purgada e renovada pelas reformas do Principado - continuava sendo a classe governante do Império, dominando amplamente a máquina do Estado imperial [...] (ANDERSON, 2004, p. 70).

Travoy (1996a, p. 89) vem de encontro com tal perspectiva ao afirmar que “A evolução interna de Roma anunciava as transformações do final do século I.”, e ressalta que a concepção de um poder confiado a uma única pessoa capaz de restabelecer a concórdia e a paz, montou o palco para a ascensão do Principado e consequentemente do período de estabilidade conhecido como *Pax Romana*.

2.3 A *Pax Romana* nos dois primeiros séculos da Era Cristã

Roma passou a desfrutar de um período de paz conhecido como *Pax Romana*, caracterizado por uma mudança de postura, modificando a forma como as relações sociais se estabeleciam, dando início a práticas culturais que buscavam legitimar a constituição e extensão de um Império com proporções tão grande.

Maria B. Florenzano (1994, p. 87) discorre sobre este período afirmando que,

Os dois primeiros séculos do Império foram conhecidos, não sem motivos, como a época da *Pax Romana*. Mais bem administrado, o Império tornou-se mais próspero, principalmente as províncias que agora começavam a receber maior atenção. As ações piratas no Mediterrâneo e o clima de instabilidade em algumas províncias foram rigidamente reprimidos. O Mar Mediterrâneo transformou-se em um imenso lago, o *mare nostrum*, onde os navios circulavam com segurança, levando cargas preciosas de um lugar para outro do Império.

Neste sentido, no auge do Império, o período da *Pax Romana* ficou marcado pelo grande movimento de construções por todo o território pertencente a Roma, que deu considerável número de emprego aos plebeus, além de melhorarem os serviços municipais, como segurança com a polícia urbana, e melhorias no fornecimento de água, o que possibilitou a criação de um corpo de bombeiros.

Vindo ao encontro do Quadro 1, onde observa-se a nova organização política adotada em relação as províncias, Anderson assinala que

Foram instaladas colônias e municipalidades romanas e comunidades latinas em regiões afastadas com grande concentração nas províncias a ocidente. Após uma geração de guerras civis destrutivas, foi restaurada a paz doméstica e, com ela, a prosperidade nas províncias (ANDERSON, 2004, p. 69).

Os sucessores de Augusto consolidaram o sistema administrativo, buscando ampliar a centralização imperial. Mendes e Silva (2006) ressaltam que essa centralização administrativa foi acompanhada de outra, a do direito, com a codificação das leis de forma a associar aquelas dos povos conquistados com as de Roma.

O decreto de Caracala²³ de 212 d.C., concedendo a cidadania romana a uma grande parte dos habitantes do Império, gerou, segundo Anderson (2004, p. 73), “uma onda vívida de rivalidade municipal e embelezamento urbano” que visava aproximar as cidades provinciais do modelo romano. Este surto de construções será característico do período da *Pax Romana*, que presenciou o auge arquitetônico com a exploração e descoberta do arco e da abóboda por Roma.

O crescimento econômico era acompanhado pelo florescimento da cultura latina no Principado, com a poesia, a história e filosofia. O período antonino talvez seja o que se percebe o maior número de construções de cidades na Antiguidade, sendo que estas seguiam uma lógica e um ritual todo especial²⁴. Dessa forma, é possível afirmar que a introdução da cultura tida como civilizada (estradas, cidades, vilas, impostos, língua latina), do qual a Europa Ocidental se sentirá herdeira, é fruto de um conjunto de iniciativas que ganham força principalmente neste período.

Grimal (2008) salienta de que esta foi a idade de ouro, onde nada mais foi igual após a vivência de tal expansão. Por dois séculos, a civilização urbana do Império escondeu os limites subjacentes e as pressões da base produtiva sobre a qual repousava²⁵. Contudo, a estrutura social²⁶ estava ruindo, visto que tradicionalmente os escravos eram obtidos através das guerras de conquista, e que

²³ Caracala governou o Império Romano no período de 198 - 217. Governou de forma tirânica durante seu reinado. Seu nome ficou ligado ao *Constitutio Antoniniana*, ou Édito de 212, que ficou conhecido como Édito de Caracala e que concedia cidadania romana a todo homem livre do Império; além disso, também construiu um dos maiores complexos termais, como todas as inovações da época (MENDES; SILVA, 2006).

²⁴ O qual será exposto mais detalhadamente no segundo capítulo deste trabalho.

²⁵ ANDERSON (2004, p. 73).

²⁶ Baseada principalmente no trabalho escravo, e que, segundo Anderson (2004), não possuía um mecanismo interno natural de auto reprodução.

após as expansões do período do Principado há um encerramento de tais empreendimentos imperiais. Levando após Trajano²⁷ a um esgotamento do fornecimento de mão de obra escrava.

Durante o período do Principado, observa-se uma real preocupação com a manutenção da paz interna, sendo que nos dois primeiros séculos e meio, as dinastias, embora estáveis, sucederam-se uma após a outra com níveis altos de instabilidade civil.

No período imperial, a iniciativa parte sempre dos imperadores, detentores do poder em Roma. E estes por sua maioria eram:

[...] pacífica, preferindo velar pela prosperidade geral em vez de esgotar as províncias com recrutamento de soldados, e empregar o dinheiro dos impostos na realização de grandes trabalhos públicos dos quais beneficiava a plebe romana (GRIMAL, 2008, p.91).

No período de paz, novas conquistas foram efetivadas e as atividades econômicas e culturais ganharam grande impulso, surgindo novos e portentosos edifícios, monumentos, aquedutos, pontes, circos e anfiteatros²⁸.

As cidades planejadas como modo de dominação passiva não é novidade na história, vemos os gregos, com Alexandre o Grande, adotar este sistema para difundir o helenismo, e que deu muito certo. Dentro dessa ideia, surge a real intenção, difundir o modo de vida romano, seja através dos costumes, da língua, da religião, e mesmo da política, pois nisso consistia a pacificação interna do império, gerando a busca de pertencimento a um grupo.

Leonardo Benevolo²⁹ (1997, p. 136 – 137) aponta que,

[...] quando a unificação política do império é fato consumado [...]. A urbe corresponde ao orbe: de fato, a cidade acolhe homens e coisas provenientes do mundo inteiro, e o mundo é unificado, fortificado, circundado por muros e percorrido por estradas como uma única cidade.

²⁷ O Imperador Trajano governou no período de 97- 117. Primeiro imperador que não era de Roma, mas sim de uma província (Hispania). Foi um bom administrador, o que veio a somar com suas incursões para ampliar o território (GRIMAL, 2008), além disso, ficou conhecido por suas construções como o fórum de Trajano e sua coluna que retrata sua batalha na Dácia (106 d.C.). Outra característica foi a perseguição aos cristãos durante seu governo (ANDERSON, 2004).

²⁸ FUNARI, 2002, p. 90.

²⁹ Nessa linha de raciocínio o autor ainda complementa com a afirmação de que ao analisarmos a evolução de Roma, esta passa de aldeia a Império sem perder sua continuidade estética.

É no século II d. C. que se observa a evolução das cidades romanas, resultado em grande medida da nova política adotada pelo imperador, onde ao invés de expandir se busca fortificar a posição e presença romana³⁰, utilizando-se muito mais de mecanismos de influência como o comércio, o governo, a transferência de cidadãos romanos para as áreas conquistadas, do que a utilização do exército.

Contudo, no século III d.C. o Império entra em uma crise, que muito mais do que econômica foi uma crise estrutural na sociedade que não mais podia contar com a mão de obra escrava, fruto das conquistas armadas da política expansionista.

Durante todo este século até as reformas de Diocleciano, iniciadas em 284, o Império sofreu uma grave crise que se manifestou em todos os níveis provocando lesões irreversíveis em sua estrutura: os conflitos fronteiriços com os povos bárbaros intensificaram-se até o ponto de a própria Roma sentir-se obrigada a construir novas muralhas; a desvalorização monetária atingiu o auge; o vazio de poder concretizou-se na sucessão violenta de imperadores militares que não conseguiriam manter sua autoridade; o sistema de impostos desintegrou-se trazendo seríssimas consequências para os cofres públicos (...); o campo foi abalado por revoltas camponesas, além da falta de mão de obra (...); e, finalmente a partir destas crises verificou-se – em todo o Império – uma tendência à ruralização e à autossuficiência dos domínios como forma de sobrevivência (FLORENZANO, 1994, p. 94).

Tal crise tem suas raízes nessa mudança de postura iniciada durante o período imperial romano, onde se percebe, conforme Grimal (2008), a impossibilidade de se expandir mais as fronteiras já existentes e se volta a atenção para as fortificações das mesmas.

Contudo a crise, que aos poucos vai se instaurando no Império, faz com que se tenha que escolher onde fundar as novas cidades, devido principalmente ao custo dispendioso que tais projetos exigiam. Observa-se, dessa forma, muito mais a preferência por remodelar as cidades do Oriente, do que pela fundação de uma cidade, aos moldes romanos no Ocidente, causando uma clara distinção entre ambas as partes do Império, como serão demonstradas no próximo capítulo.

³⁰ Que fica claro nos Quadros 2 e 3 (pag. 40), onde várias são as cidades fundadas a fim de justificar a estada romana nos novos territórios.

3 AS CIDADES ROMANAS

O maior instrumento de propaganda do Império Romano foi sem dúvida suas cidades, que atraíam como um imã as populações que as circundavam e semeava nelas o desejo de pertencer aquele mundo. Os romanos, embora não tenham inventado o estilo tabuleiro de construção de cidades, deram um novo significado a ele, conforme iam aplicando-o nos territórios conquistados. Roma não será uma capital escolhida, visto que o império nascerá de uma cidade-estado em constante expansão, contudo, isso não diminui suas características principais que serão aplicadas nas demais “Romas” construídas pelo Império.

É no período do Principado, principalmente com Augusto, Trajano e Adriano, que vemos surgir, em grande número, cidades ao longo do Império, contudo, observa-se uma diferenciação entre Ocidente e Oriente, que por um lado resultou da organização política e social de ambas as regiões e por outro lado foi a escolha que os imperadores tiveram que fazer em função do custo benefício que tais fundações exigiam.

3.1 As ideias sobre a cidade de Roma

A cidade sempre esteve atrelada ao próprio conceito de civilização, contudo a definição de cidade muda de acordo com o contexto histórico em que está inserida, necessitando ser analisada aqui, primeiramente, sob um olhar mais teórico.

Ana F. A. Carlos (2007, p. 20) apresenta a ideia de cidade

Como construção humana, [...], contexto no qual [...] aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana. Assim, o sentido e a finalidade da cidade (enquanto construção histórica) diz respeito à produção do homem e à realização da vida humana, de modo que, se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática sócio-espacial, evidenciando a vida na cidade.

Nesse sentido, entender Roma exige olhar não só seus prédios, mas as relações estabelecidas dentro, e/ou a partir, deles. A cidade é fruto de seu tempo na

medida em que é reflexo dos objetivos e tendências de uma época. No caso em análise, a Roma imperial, capital do Império, será reflexo do acúmulo de conhecimentos dos povos conquistados ao longo de todo o período republicano.

A cidade será ainda, de acordo com o dicionário de conceitos históricos, “[...] um aglomerado populacional organizado em um espaço geográfico específico, que possui administração própria, e onde a maioria dos habitantes não trabalha na produção de alimentos” (SILVA; SILVA 2008, p. 51), condizendo perfeitamente com Roma, onde a maior parte da população estava envolvida em prestar serviços e não voltada à agricultura, que permanecia em seus arredores, ou mesmo em outros territórios anexados, como é o caso do Egito³¹ e outras províncias.

Ronald Raminelli (1997, p. 187), apresentando as ideias de Weber, mostra outra definição de cidade que vem a complementar a anterior, onde “a cidade constitui um aglomerado humano caracterizado por trocas comerciais regulares, capazes de prover o sustento de seus habitantes”.

Contudo, Carlos (2007, p. 21) nos orienta que entender o espaço urbano exige compreender a articulação indissociável de três planos:

[...] o econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), o político (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e o social (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana).

Ou seja, compreender o Império Romano exige compreender o tripé estabelecido pela autora. Não só o econômico, que no caso de Roma se estende a suas províncias, mas também o político visto ser a capital de um Império de proporções significativas, porém, mais do que isso, também seu lado social, que abrangia culturas diversas e, conseqüentemente, diferentes modos de ver e entender o mundo que os cercavam, precisando ser desapropriado, ressignificado e apropriado novamente pelos novos cidadãos romanos.

³¹ Conhecido como o celeiro do Império, e que foi responsável pela manutenção da política de “pão e circo” instituída nos dois primeiros séculos de nossa Era. Sennett (2003, p. 88) ressalta sobre tal política que “um governante poderia superar derrotas militares, crises de escassez ou mesmo limitações pessoais, mas deveria agir com determinação férrea e sagacidade diante das responsabilidades que assumia de armar o palco para a glória e distração de Roma”

O Império Romano será o responsável, pela primeira vez, a unificar politicamente todo o mundo mediterrâneo. Roma evolui de uma pequena cidade à *urbs*, a “cidade por excelência”³², nesse sentido entender as cidades das províncias exige entender a própria Roma e as inovações que possibilitaram seu crescimento e expansão.

Uma das novas técnicas adotadas e que mudaram consideravelmente a dinâmica da cidade romana foi a utilização de rochas vulcânicas a mistura de cal e água, para formar uma argamassa³³ comparável ao cimento atual. Foi o que possibilitou construir até debaixo d’água, acabando por dar aos romanos a ferramenta para edificar monumentos e estruturas que eternizariam Roma como cidade e centro da civilidade.

Geograficamente, o território ocupado por Roma possuía características pouco favoráveis. É a construção da Cloaca Máxima³⁴, que possibilitará a edificação do centro administrativo com o fórum, senado e templos, assentando as bases para o futuro Império.

Além do mais, a infraestrutura romana terá grande peso na política expansionista, as estradas possibilitaram mobilizar e deslocar as tropas com grande agilidade, as pontes facilitaram as travessias, e os aquedutos³⁵ levaram água para a cidade, o que possibilitou maior concentração populacional dentro dela.

Contudo, a rápida expansão irá exigir que algumas regras sejam estabelecidas. Roma atinge a organização de uma grande cidade a partir de 329 a.C., onde observa-se uma preocupação cada vez maior com a estética urbana, estabelecendo medidas para as ruas, e a altura para os edifícios.

Conforme ocorre a transição da República para o Império, as intervenções nas construções se tornam cada vez mais grandiosas, entrando em conflito com prédios já existentes de períodos anteriores, Benevolo (1997) acrescenta que é com Augusto que se observa as primeiras mudanças significativas na administração e que refletiram diretamente na cidade.

³² BENEVOLO, 1997, p. 133.

³³ Conhecida como cimento romano (*ROMA: Construindo um Império*. Christopher Cassel. Estados Unidos: History Channel, 2005. 85 minutos, DVD, dublado, colorido, 16:9.).

³⁴ Ano VI a.C., um sistema de esgoto que funciona até hoje, responsável por drenar o território pantanoso e levar os dejetos da cidade até o rio Tibre (*ROMA: Construindo um Império*. Christopher Cassel. Estados Unidos: History Channel, 2005. 85 minutos, DVD, dublado, colorido, 16:9.).

³⁵ Que serão aprofundados no próximo capítulo.

Sennett (2003, p. 83) enfatiza que os romanos gostavam de olhar para as imagens que enfatizassem a continuidade, a durabilidade e imutabilidade de sua essência, e acrescenta ainda

[...] o romano acreditaria no que visse; olharia e obedeceria a um regime duradouro. A persistência da cidade corria em sentido contrário ao tempo durante o qual o corpo humano ultrapassava fases de crescimento e decadência, planos derrotados e esquecidos, lembranças de faces obscurecidas pelo envelhecimento ou desespero.

A reorganização do poder central, realizada por Augusto, era algo essencial para que este pudesse corresponder às necessidades que o Império exigia, principalmente depois da crise do século I a.C., “resultado da crise política instaurada com a morte de Cesar e que levou os generais a uma disputa pelo poder, desestabilizando muitos pontos do Império” (TRAVOY, 1996b, p. 96).

Em contrapartida, Sennett (2003) aponta que, diferente dos antecessores, Adriano buscará justificar seu poder enaltecendo o passado e construindo em outros pontos da cidade, ao invés de destruir ou reformar prédios antigos.

Chama a atenção tais intervenções quando pensamos na importância da conotação que a pedra adquire neste período, pois como material de construção ela possui uma durabilidade maior que, ainda para Sennett (2003), serve para demonstrar o poder do imperador, e a atemporalidade que a cidade de Roma adquire nesse contexto.

Nesse sentido ainda, Carlos (2007, p. 25) afirma “[...] a mundialidade se estabelece com o predomínio do espaço sobre o tempo [...]”, ou seja, é através da pedra, daquilo que é possível ver, sentir e ouvir, que o Império se faz presente, mesmo nas províncias mais distantes, perpassando os séculos.

Contudo, tais modificações no cenário necessitavam de uma atenção especial na repercussão que teriam aos olhos do povo. O exemplo mais claro provavelmente será o de Nero³⁶ e a construção de sua casa dourada, longe de aqui discutir sobre a intencionalidade ou não do incêndio do centro de Roma em 64 d.C., o fato é a utilização posterior do espaço, que o imperador utilizará para usufruto pessoal, e que causará uma revolta pública, servindo de alerta para seus sucessores.

³⁶ Que governou de 54- 68, e que ficou conhecido principalmente por sua tirania. (MENDES; SILVA, 2006).

Travoy (1996b) em consonância com Sennett (2003) aponta que a partir de Nero, todos os imperadores terão a preocupação em suas construções de enaltecer o Império, e conseqüentemente sua própria glória³⁷.

Carlos R. M. de Andrade (1997) assinala que toda cidade se constitui com um conjunto de regras, que nem sempre estão explícitas, mas que fazem parte de um conjunto já aceito por seus membros, e que além da população, se aplicará também a seus governantes.

Corroborando com tal preposição Camillo Sitte³⁸ ao destacar que tal dinâmica das cidades é fruto das imposições técnicas³⁹ e da economia em sua constituição, contudo o caráter artístico e estético terá grande influência sobre os sentimentos e a moral de seus cidadãos.

Os imperadores Flávios darão continuidade a renovação da cidade iniciada por Nero, contudo, como observa-se no exemplo de Vespasiano⁴⁰, cuja obra de maior destaque foi o Coliseu, construído sobre o antigo palácio de Nero, terá muito mais um caráter público. Neste sentido Benevolo (1997, p. 142) afirma que

Enquanto o Império atinge o apogeu de sua prosperidade, Roma alcança o desenvolvimento máximo, e uma organização física que parece coerente e definitiva [...] nos grandes edifícios públicos [...] é respeitado o equilíbrio entre estruturas arquitetônicas e os acabamentos esculpidos ou pintados [...].

No século III, observa-se que, conforme a crise aponta e começa a afetar o estilo de vida dos cidadãos romanos, inicia-se um surto de construções que visam entreter a população, e que representam, no caso das Termas em especial, a representação das inovações técnicas e artísticas da capital e das províncias, representando, conforme enfatiza Bustamante (2006), a unidade e a diversidade que o Império adquire, sendo rompido o equilíbrio clássico entre a forma geral da

³⁷ “Para seu prestígio pessoal e do Império, eles erguiam construções intimidadoras e impressionantes, sendo essa sua realização mais importante, o que os legitimava aos olhos de seus súditos” (SENNETT, 2003, p. 86).

³⁸ Urbanista clássico, conceituado por sua análise urbanística principalmente o uso de espaços públicos, no caso as praças no espaço das cidades alemãs do século XIX.

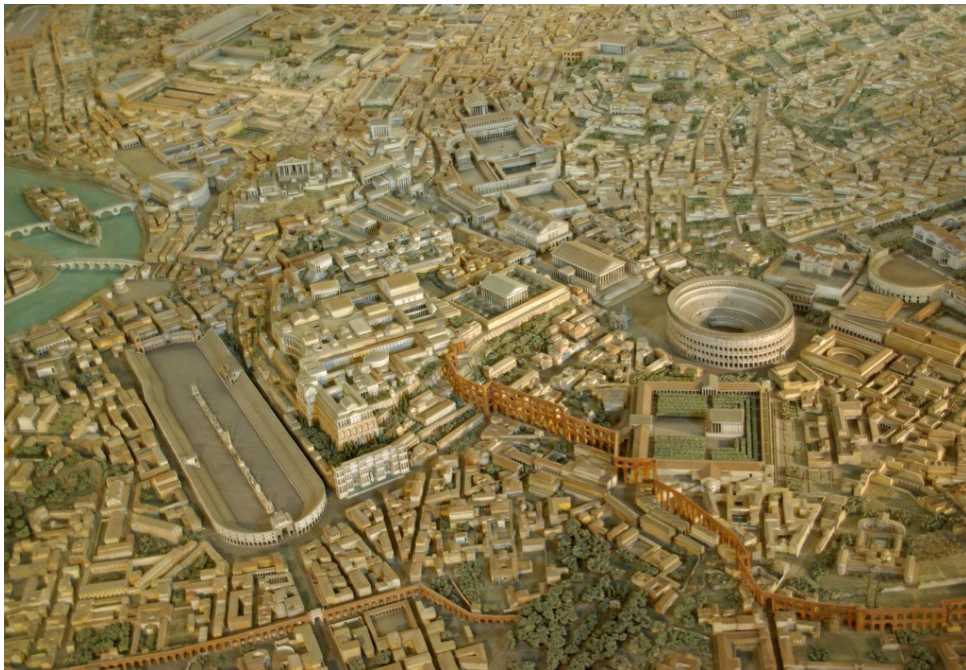
³⁹ Os imperadores irão restringir a altura dos prédios, a largura das ruas, entre outras medidas, Trajano, por exemplo, fixa o limite das insulares em 18m, o equivalente a 5 ou 6 andares (BENEVOLO, 1997, p. 163).

⁴⁰ Governou de 69 a 79, sucessor de Nero (MENDES; SILVA, 2006).

construção e os detalhes⁴¹, tomando proporções grandiosas que podem ser vistas de longe.⁴²

Sendo assim, Roma, como demonstrado na Imagem 2, apresentada logo abaixo, cresce sem que se siga o padrão de tabuleiro instituído e aplicado nas províncias, isso porque, como afirmado anteriormente, é um Império que se expandiu a partir de uma aldeia, e desse modo viu sua população crescer a números realmente consideráveis, “Como um ímã, a cidade atrairá imigrantes vindos de territórios dominados e que queriam estar perto do centro de riqueza e poder” (SENNETT, 2003, p. 87).

Imagem 2: Panorama da cidade de Roma



FONTE: RECONSTRUCTION of the imperial Rome (A.D. 4th c.), by Italo Gismondi (1935-1971), Museo della Civiltà Romana, Rome. Disponível em <<http://www.museociviltaromana.it/>>. Acesso em 02.jul.2017.

A Imagem 2 é uma visão panorâmica da cidade de Roma. O coliseu à direita da imagem, é construído em cima dos destroços do palácio de Nero, que por sua vez foi construído sob os escombros do que antes era o centro de Roma. Dessa forma, os imperadores, um após o outro, irão buscar amplificar sua influência através de construções, que muitas vezes terá como fundação prédios edificadas nos períodos anteriores ao seu governo. Nem todas as ruas possuíam ângulos retos. É

⁴¹ BENEVOLO, 1997.

⁴² Chama a atenção, nesse sentido, na Imagem 2, o Coliseu, o Hipodromo, fórum, templos, etc., onde suas estruturas podem ser facilmente identificadas.

visível a presença de curvas e contornos que se adaptaram ao cenário romano já existente.

É nestas vielas e ruas que se forjam o imaginário do que é ser romano, assim, para Maria S. Bresciani (1997, p. 13), “A cidade, estrutura física que suporta referências e fornece elementos para os símbolos e memórias coletivas, convive em nosso imaginário com a cidade labiríntica e moldável das vidas pessoais [...]”.

É por excelência o “lugar do homem”, onde a multiplicidade de olhares entrecruzados aborda o real na busca de cadeias de significados⁴³, a estrutura física por si só não tem importância ou significado, até que o homem o dê. Roma, em seus labirintos de prédios, só terá importância, mesmo nos dias atuais, pelas representações assumidas por seus habitantes e visitantes.

Nesse sentido, Sennett (2003, p. 88) aponta que “o dia-a-dia da cidade estava repleto de visitas, deferências, agrados pessoais misturados a favores, gorjetas e pequenos negócios entre todos aqueles que permaneciam ligados por estes laços de mútua dependência” e que por este motivo justificavam a expressão “todos os caminhos levam a Roma” uma vez que, pelas estradas que partiam da cidade mãe em direção aos confins do Império, e vice e versa, os laços estabelecidos entre os moradores e visitantes fortalece os símbolos e o imaginário que as grandes construções buscavam implantar em seus súditos.

Assim sendo, Bustamante (2006) complementa tal ideia ao afirmar que entender a identidade romana passa por compreender que esta se dá de acordo com as diversas maneiras que os sujeitos e/ou grupos interpretam, reinterpretam, desviam e fazem circular as múltiplas identidades culturais presentes na sociedade romana.

Este é outro ponto que merece atenção, desde o princípio da história romana, esta se caracterizou pela aceitação das ideias vindas de fora e que contribuíram em grande medida com a construção do que hoje se entende por Império Romano, dessa forma, influenciaram e foram influenciadas.

As inovações romanas, mais do que representarem invenções próprias, eram a reutilização de uma tecnologia de outros povos adaptada e atualizada as novas necessidades. Foi assim desde o começo de sua história, sendo tal característica uma das mais notáveis, visando possibilitar grandes melhorias a cidade e mesmo o maior aglomerado de pessoas no mesmo espaço.

⁴³ PESAVENTO, 2002, p. 9.

A própria forma de construção das cidades, que obedeciam a rigorosos esquemas e medidas, já era utilizada pelos gregos, e antes ainda pelos persas, como afirma Funari (2002), mas é com os romanos que ganha novas proporções e significados, “Embora não tenha sido inventado por eles, esse desenho urbano⁴⁴ tornou-se conhecido como rede romana” (SENNETT, 2003, p.96).

Benevolo (1997, p. 184) aponta que o funcionamento do império romano requer intervenções constantes, “notáveis não pela novidade das técnicas, mas por sua aplicação regular e uniforme em larguíssima escala”, deixando claro que Roma, enquanto Império que abrange todo o mediterrâneo, é em seu conjunto uma colcha de retalhos, onde cada povo dominado contribui para a formação da identidade romana⁴⁵.

Existe dessa forma uma comunidade cultural mediterrânea, segundo Bustamente (2006, p. 130),

Incentivada pela civilização romana e apoiada num imenso intercâmbio econômico, político e intelectual, ocasionou o desenvolvimento de uma cultura característica das elites municipais em todo o Império Romano. [...] a homogeneidade social e a cumplicidade política dessas elites foram fatores fundamentais para a partilha dos princípios básicos de uma “cultura romana”.

O império dessa forma toma os moldes da cidade mãe – Roma – com os estilos arquitetônicos e seus prédios principais, e os inclui nos projetos das províncias. Desde Augusto, observa-se um movimento de ampliação e pacificação das fronteiras, que levará a fundação de novas cidades.

3.2 As Províncias: Ocidente X Oriente

Na antiguidade, Roma foi um exemplo das grandes intervenções urbanísticas que representaram ideologias e mentalidades de uma época, Sennett (2003, p. 82-83) demonstra que é a partir do imaginário de relações equivalentes que o próprio corpo percebia que os romanos planejavam as cidades, privilegiando a percepção visual linear e passando a ideia de uma sociedade bem organizada. Dessa forma,

⁴⁴ Ver imagens 3 e 4 (pags. 39 e 40, respectivamente).

⁴⁵ Sobre tal afirmação Travoy (1996b, p. 95) complementa a ideia afirmando que “Integrada num Império unificado, a Europa conheceu durante quatro séculos um período único na sua história, no qual as formas de civilização Greco-romanas penetraram amplamente em todas as províncias sem, todavia, apagar as características próprias das componentes regionais.”

“[...] a reprodução continuada da cidade ocorre fundamentando-se na reprodução ininterrupta da vida” (CARLOS, 2007, p. 21).

Logo após a subida ao trono, Augusto iniciou um ambicioso programa de construções, promovendo empregos e melhorias na urbe⁴⁶. Assim, ao se instalarem colônias e municipalidades romanas e comunidades latinas em regiões afastadas, após uma geração de guerras civis destrutivas, foi restaurada a paz doméstica e, com ela, a prosperidade das províncias.

O período da *Pax Romana* influenciou diretamente o desenvolvimento das províncias do Império, bem como seu desenvolvimento, não só econômico, mas também cultural. Vemos surgir uma onda de rivalidades municipais, que buscavam embelezar cada vez mais as cidades, explorando a descoberta do arco e da abóboda feita por Roma, a fim de alcançar a cidadania romana.

A fortificação das fronteiras levou a fundação de cidades, muitas vezes fruto das bases militares fundadas, que exigiam um aparato para manter e atrair uma grande quantidade de pessoas da região, principalmente a elite⁴⁷.

As cidades de acordo com Travoy (1996b, p. 98) “[...] eram administradas por magistrados – questores, edis e duúviro - mas, fora das colônias romanas, onde os habitantes se beneficiavam do direito romano, as demais cidades tinham um estatuto jurídico restrito.” Ou seja, embora todos pertencessem ao Império, nem todos tinham o status de colônia que vinha acompanhado da cidadania romana, só sendo concedida a todos os homens livres com o Édito de Caracala, conforme afirma Anderson (2004).

As províncias, como demonstrado no Quadro 1, estavam divididas em províncias senatoriais, as quais eram responsabilidade do Senado, e províncias imperiais, confiadas por Augusto a ordem equestre chamados de procuradores, dirigiam os serviços financeiros das províncias e algumas das principais funções administrativas no interior da cidade de Roma.

A ordem equestre estava organizada segundo a seguinte hierarquia instituída por Augusto: Prefeito dos vigilantes⁴⁸; prefeito da Anona⁴⁹; e prefeito do Pretório⁵⁰

⁴⁶ ANDRESON, 2004, p. 69.

⁴⁷ GRIMAL, 1993.

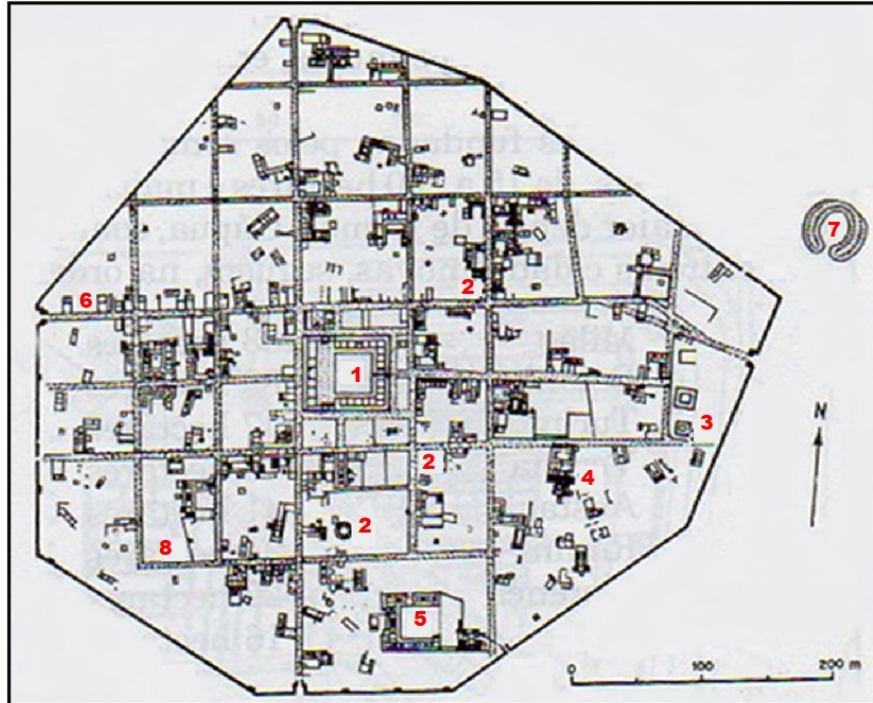
⁴⁸ Encarregado das tropas especiais responsáveis por conter incêndios e manter o policiamento noturno de Roma. (MENDES; SILVA, 2006, p.32).

⁴⁹ Criado entre os anos 8 e 14, tinha por missão zelar pelo abastecimento da plebe e do exército, garantindo os carregamentos de cereais da Sicília, África e Egito (idem).

⁵⁰ Que era a elite responsável pela segurança pessoal do imperador (idem).

consumindo dessa forma, grande parte das atribuições do consulado, censura e edilato.

Imagem 3: Planta da cidade Silchester, Bretanha



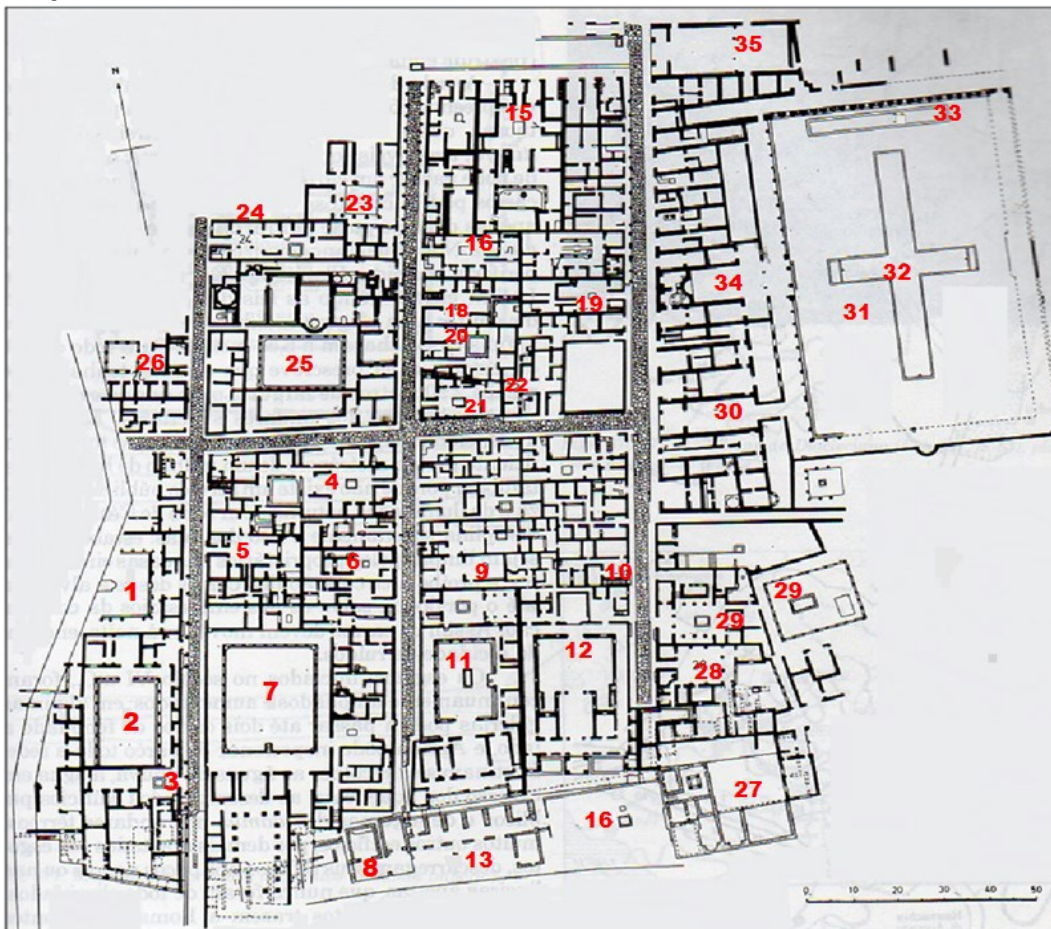
LEGENDA: 1) foro; 2) templos; 3) recinto sagrado; 4) termas; 5) quartel; 6) lojas; 7) anfiteatro; 8) templos menores (BENEVOLO, 1997, p. 197).
 FONTE: BENEVOLO, 1997, p. 197.

As novas cidades, como já colocado anteriormente, obedeciam a um sistema de tabuleiro, que era inscrito segundo alguns rituais próprios.

[...] os romanos estabeleciam o ponto que chamavam umbilicus – um centro urbano equivalente ao umbigo humano; *(que chama a atenção na imagem 3, onde o foro ocupa exatamente este centro)* a partir daí, os projetistas mediam as distâncias e as dimensões da cada espaço a ser construído. [...]. O estudo do céu também permitia aos arquitetos demarcar o umbilicus. Aparentemente, a passagem do sol dividia o firmamento em dois, e outras medidas das estrelas, à noite, o subdividiam em ângulos retos, de modo que ele se compunha em quatro partes. Os “topógrafos” primitivos procuravam, no chão, um ponto que correspondesse exatamente ao lugar em as quatro partes da abóboda celeste se encontrassem [...]. As fronteiras urbanas eram definidas a partir da demarcação desse ponto. Então como um marco sagrado, cavava-se um sulco – pomerium – no solo [...]. Sempre em ângulo de noventa graus, as duas ruas principais – decumanus maximus e cardo maximus – cruzavam-se no meio da cidade, criando quatro quadrantes simétricos, mais tarde repetidos em outros quatro, e assim sucessivamente. (SENNETT, 2003, p. 96, grifo nosso)

Dessa forma, fica claro a relação que os romanos estabeleciam entre a fundação de suas cidades com suas crenças, visto que acreditavam que tais procedimentos ao agradarem suas divindades, ligando as divindades entranhadas na terra com as divindades da luz, no céu, trariam prosperidade aos centros econômicos da nova fundação.

Imagem 4: Planta de Herculano, sepultada juntamente com Pompéia pela erupção de 79 d.C.



LEGENDA: 1) casa do gênio; 2) casa de Argos; 3) casa de Aristides; 4) casa do Tabique de Madeira; 5) Casa do Esqueleto; 6) casa da Herma de bronze; 7) casa do Albergue; 8) Sacelos; 9) casa da Alcova; 10) casa do tecido; 11) casa do Átrio de mosaico; 12) Casa dos Veados; 13) Área sacra; 14) Ara de M. Nonio Balbo; 15) casa do Bicentenário; 16) Casa de Netuno e de Anfitriete; 17) Casa do Átrio corintio; 18) casa de mobília; 19) casa do Sacelo; 20) casa do tear; 21) casa Sanítica; 22) casa do Grão Portal; 23) casa do Salão negro; 24) casa dos dois Átrios; 25) Termas; 26) Casa de Galba; 27) Termas suburbanas; 28) Casa da Gema; 29) casa do Relevo; 30) Vestíbulo da Palestra; 31) Palestra; 32) Piscina; 33) Natatio; 34) Aula Absidata; 35) Aula Superior (FONTE: BENOVOLO, 1997, p. 173),
FONTE: BENOVOLO, 1997, p. 173.

As Imagens 3 e 4 demonstram, dessa forma, o traçado das cidades fundadas nas províncias, que obedeciam, na medida em que a geografia permitia, traçados que seguiam a uma ordem visual que buscava transferir a ideia de poder e

organização que os romanos tanto prezavam, contudo nem sempre tal projeto conseguia ser aplicado sem dificuldades, sendo exigido adaptações que variam com a realidade do território conquistado.

José D'Assunção Barros (2007, p. 51) nos aponta que é possível observar alguns pontos que perpassam a cidade em todos os tempos, que para além dos quesitos econômicos, políticos e sociais, onde se observa a presença de um poder protetor e coercivo, aqui representado pelo Império Romano, há a presença de um determinado efetivo populacional, que reflete na ocorrência de um orgulho cidadão, que leva cada cidade a desejar se destacar em relação as outras, neste caso de estudo ressalta-se a busca pela própria cidadania romana.

Para Carlos (2007, p. 23), a cidade enquanto lugar que se reproduz como referência para o sujeito, será “[...] lugar de constituição da identidade que comporá os elementos de sustentação da memória, e nesta medida, a análise da cidade revelaria a condição do homem e do espaço urbano enquanto construção e obra”.

Em muitos casos, os próprios campos militares se transformavam em cidades permanentes, à medida que em seu entorno iam crescendo um aglomerado de pessoas que ofereciam serviços e produtos vindos de Roma, e acabavam por facilitar a vida dos soldados isolados nas mais distantes províncias do Império. Funari e Garraffoni (2006, p. 57) afirmam ainda que o exército não só conquistou os territórios como foi também o instrumento de organização de toda a província, possibilitando a implantação das cidades planejadas.

O império romano, como observado na imagem 1, abrangia uma vasta região territorial, e que exatamente por seu tamanho consistia num conjunto diversificado, mas que comumente se divide em Ocidente e Oriente.

Esta divisão, mais do que política, foi primeiramente uma divisão de realidades. O Oriente já havia sido palco de grandes Impérios antes dos romanos, Egito, Mesopotâmia, Fenícios, Persas, Gregos, enfim, já possuíam cidades desenvolvidas e um sistema político e econômico estável em certa medida, os romanos apenas remodelaram tais cidades de forma a unificá-las ao restante do Império.

Na parte Ocidental, a grande parte do território era ocupada por tribos nômades, e que não possuíam um aparato de governo tão complexo quanto o Oriente, demandando maior concentração de recursos e pessoal por parte de Roma, visto que as cidades, legislação e economia precisavam ser fundadas do início.

Tal preposição, como assinala Sennett (2003), toma importância quando observamos os dados. Durante o auge do período da *Pax Romana*, observa-se inúmeras fundações de cidades na parte Ocidental do Império, bem como remodelações nas cidades já existentes na parte Oriental, contudo ao se instalar a crise, torna-se mais vantajoso economicamente investir os esforços e recursos na parte Oriental, que já possui uma base para ser trabalhada do que na parte Ocidental, onde as revoltas bárbaras eram constantes e exigiam maior demanda de dinheiro para ser controlada.

Exemplo claro é o caso da Bretanha, onde as investidas a Norte são esquecidas e se prefere optar-se por uma muralha defensiva, onde se manterá os “bárbaros” fora dos muros, investindo apenas nas cidades que estavam já estabelecidas e pacificadas.

Benevolo (1997, p.198) sinaliza que as cidades romanas têm medidas variáveis de 15 a 200 hectares ou mais, e ainda estabelece uma relação por ordem de tamanho entre as novas cidades fundadas.

Quadro 2: Cidades italianas novas

CIDADE	TAMANHO
Cápua	180 hectares
Milão	133 hectares
Bolonha	83 hectares
Turim	47 hectares
Verona	45 hectares
Aosta	41 hectares
Rimini	34 hectares
Florença	22 hectares
Pola	16 hectares

FONTE: BENEVOLO, 1997, p.198.

Quadro 3: Cidades novas fundadas fora da Itália

CIDADE	TAMANHO
Leptis Magna	400 hectares
Treviri	285 hectares
Nimes	220 hectares
Viena	200 hectares
Londres e Lião	140 hectares
Colônia	100 hectares
Cádiz	80 hectares
Paris	55 hectares

FONTE: BENEVOLO, 1997, p. 198.

O Quadro 2 é a relação das cidades italianas fundadas no período imperial e que estão dispostas de acordo com seu tamanho do maior para o menor. O quadro

3, por outro lado, apresenta as cidades construídas neste mesmo período de tempo, contudo, tendo como recorte espacial o restante do Império, com cidades de ambas as partes, Oriente e Ocidente, do território romano.

Tal relação estabelecida por Benevolo (1997) nos possibilita entender que embora não possuísse em seu passado um histórico de Impérios antigos e complexos, a parte Ocidental foi adquirindo uma organização complexa com bases fortificadas ou mesmo apenas como centros de ajuntamento da população, isso mesmo após a queda do Império Romano.

Apesar do tamanho de cada cidade variar nas diversas localidades do Império, o que fica claro ao se analisar a diversidade apresentada nos quadros, a malha urbana que o constituía possuía determinados prédios padrões, que davam às cidades, além de sua forma tabulada⁵¹, o aspecto de cidade planejada tão desejada e difundida pelos romanos.

Alguns prédios eram obrigatórios nessas fundações, ou mesmo nas remodelações, no caso principalmente do Oriente: o fórum, a basílica, um ou mais templos, termas, latrinas e teatros. Por toda a cidade espalhavam-se lojas, padarias e bares.

Dessa forma a romanização das cidades, aos padrões romanos, passava por mudanças religiosas, sociais, econômicas, culturais e estruturais que visavam a representação da essência da cidade-mãe, despertando o interesse do público em frequentar a vida nas urbs, sendo dessa forma, uma propaganda eficiente do modo de vida romano.

Além disso, observa-se a influência local nas próprias construções que mesclam características romanas e locais, seja nos detalhes arquitetônicos ou nos materiais usados para sua edificação. Assim, os limites da romanização, embora tenham sido consideravelmente fortes, não apagaram as especificidades regionais, permitindo a formação de um dinamismo ainda maior que se manifestou no interior do sistema das províncias.

Lugar onde, nas frestas que lhes eram permitidas, a consciência regional e local se fortificou e expandiu, afinal como assinala Barros (2007, p.52) “as formas urbanas são produtos da história.”, e ainda “[...] a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais” (CARLOS, 2007, p. 21)

⁵¹ O que pode ser observado nas Imagens 3 e 4 (pags. 39 e 40, respectivamente).

Por outro lado, embora o peso político do mundo grego já fosse secundário, em contrapartida, a cultura helênica conservava todo o seu prestígio, o que influenciou fortemente o mundo romano, permitindo-se falar, conforme afirma ainda Travoy (1996b), em um renascimento grego no século II, em particular durante o período de governo de Adriano e Marco Aurélio.

É esta mistura entre Roma e os territórios dominados que resultará nas inovações mais complexas, possibilitando a construção de complexos termais que foram destaque no mundo romano, servindo, dentro do contexto urbano, como instrumento eficiente de propaganda de um estilo próprio e peculiar deste grupo, dessa forma, entende-se que falar das Termas exige compreender não somente elas enquanto prédios públicos, mas todo o aparato necessário para seu estabelecimento e manutenção, tema de nosso próximo capítulo.

4 A ESTRUTURA FÍSICA DAS TERMAS E SEU COTIDIANO

Os romanos eram movidos por uma espécie de ego coletivo medido a partir da proporção das coisas, o tamanho de seu Império, de suas cidades, de seus prédios e da ambição de seu governante. Tal fato levou Imperador após Imperador a buscar construir sempre mais e maior, justificando seu poder através daquilo que o povo podia ver e conseqüentemente levava-os a obedecer.

As Termas eram as construções mais populares, isso principalmente devido ao fato de serem acessíveis a todos, sendo destinadas a serem locais de encontro e troca de ideias. Contudo, sua construção e funcionamento dependiam de uma rede intrincada de mecanismos, que serviam como base de suporte para a mesma.

O presente capítulo busca dialogar sobre tais mecanismos, em um primeiro momento abordando os aquedutos, que transportavam a água até os tanques onde ficavam armazenadas. Na sequência será apresentada a estrutura física das Termas e as tecnologias que foram utilizadas na construção das mesmas, para, por fim, analisar sua inserção dentro das redes urbanas e como influenciavam seus cidadãos.

4.1 Os aquedutos

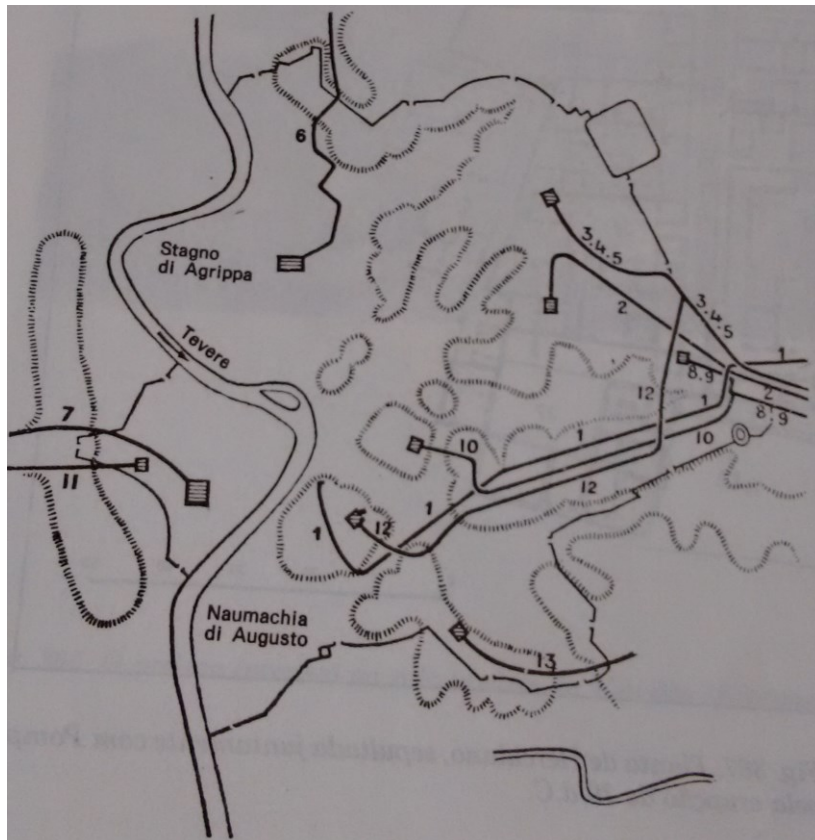
Conforme expandiam suas fronteiras, os romanos também olhavam para dentro do próprio Império e usavam seus conhecimentos técnicos para melhorar a qualidade de vida. O funcionamento das cidades requer uma série de intervenções sobre o território. Não bastava planejar e construir edifícios, é preciso dar suporte para seu funcionamento e para a própria manutenção da vida urbana dentro dos muros citadinos.

Na antiguidade, quase todas as civilizações construíram aquedutos, como por exemplo a Fenícia, a Grécia, os Etruscos, contudo, foi com a civilização romana que eles tiveram um desenvolvimento significativo. Benevolo (1997) faz referência ao fato de que os romanos eram notáveis não pela novidade das técnicas, mas principalmente por sua utilização em larguíssima escala, ou seja, selecionavam um conjunto de métodos e criavam uma organização, ao passo que em seguida os difundiam por toda a área do Império “[...] pouco importando que isso exigisse,

frequentemente, a destruição de templos, ruas ou prédios públicos ligados ao passado dos povos dessas regiões” (SENNETT, 2003, p. 83).

De todos os feitos da engenharia romana, nenhum, contudo alterou tanto a vida diária quanto a água corrente. Os aquedutos promoveram o crescimento de uma nova cultura urbana com o fornecimento crescente de água, possibilitando aglomerar cada vez mais pessoas em um mesmo espaço.

Imagem 5: Rede de Aquedutos que abasteciam Roma



LEGENDA: 1) Aqua Appia; 2) Anio Vetus; 3) Aqua Marcia; 4) Aqua Tepula; 5) Aqua Julia; 6) Aqua Virgo; 7) Aqua Alsietina; 8) Aqua Claudia; 9) Anio Novus; 10) Arcus Neriniani; 11) Aqua Triana; 12) Aquae Marciae; e 13) Aqua Antoninana (BENEVOLO, 1997, p.174).
 FONTE: BENEVOLO, 1997, p. 174.

Na imagem acima é possível observar a intrincada rede de abastecimento de água na cidade de Roma, contando com 13 aquedutos para a manutenção não só das praças e prédios públicos, como também, das casas das pessoas mais abastadas da cidade.

Estas estruturas, assim como as pontes e estradas, também eram consideradas um serviço público, sendo construídas em todas as cidades pelo Estado ou pela administração local, de forma a satisfazer as necessidades coletivas.

Sob a República, a água é reservada para os usos públicos, e somente o excedente das fontes – *aqua caduca* – pode ser cedido aos particulares. Mais tarde, sob o Império, alguns proprietários podem obter como concessão – gratuitamente ou pagando – um determinado fluxo de água para as *domus* térreas [...] (BENEVOLO, 1997, p. 174).

Essa diferenciação entre os dois períodos é assinalada também pelo crescente número de aquedutos que surgem no período imperial. O Aqua Claudia e o Anio Novus, construído durante o reinado de Claudio (41- 54 d.C.)⁵², além de serem um marco do governo deste imperador, também tiveram um grande impacto no abastecimento de água na capital⁵³ possibilitando o fornecimento crescente de água para mais de 1 milhão de pessoas.

Esse número elevado de pessoas nos leva a refletir sobre o papel de destaque que os aquedutos tiveram, justificando o grande número deles construídos ao longo do território, como faz menção a imagem 5 ao demonstrar apenas o caso da cidade capital do Império, Roma.

Essa rede de abastecimento de água constituída pelos aquedutos, não só na capital, bem como nas províncias, juntamente com as cloacas⁵⁴, mantinha a cidade limpa. Este dado se torna relevante ao pensarmos no conceito de civilizado tido pelos romanos, que o associava a limpeza. Vindo ao encontro de tal preposição, Sennett (2003) discorre sobre essa construção do “ser romano” e de como esta estava associada a um conjunto de normas e valores que configuravam dentro do imaginário comum da época. Ser limpo era ser civilizado, e conseqüentemente romano.

Os romanos como, aponta Emily Cole (2014), dominaram a produção regular de tijolos cozidos e o uso do concreto a base de posolana, o que influenciou a construção tanto de obras mais antigas quanto as construídas posteriormente. Chama a atenção a forma como eram usados esse concreto durável, nunca estando aparente, sempre revestido de tijolos ou estuque pintado, demonstrando a preocupação com a aparência.

As construções muito mais do que sua utilidade prática, precisavam de linhas limpas e claras, que para Sennett (2003) eram reflexo do conceito de durabilidade e

⁵² MENDES; SILVA, 2006.

⁵³ ROMA: *Construindo um Império*. Christopher Cassel. Estados Unidos: History Channel, 2005. 85 minutos, DVD, dublado, colorido, 16:9.

⁵⁴ Sistemas de esgotos subterrâneos, sendo que alguns continuam em funcionamento mesmo nos dias de hoje, como observado na Espanha no Alto da Civilidade, e na própria Roma, embora hoje sejam apenas parte de um sistema muito maior e complexo (MARTINS, 2005).

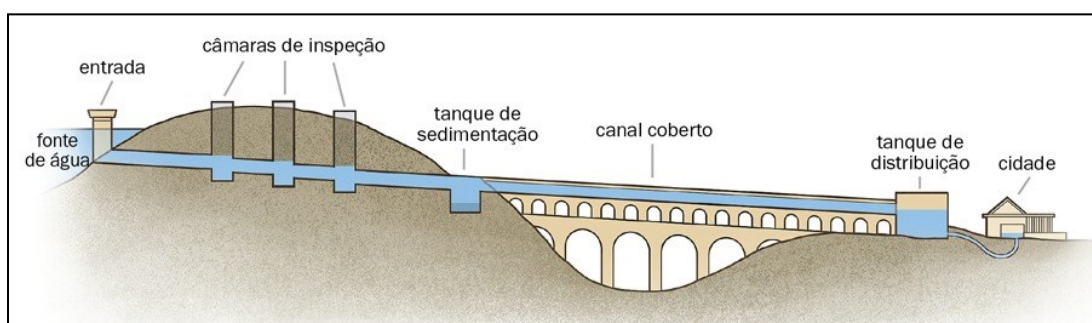
imutabilidade do Império que deveria ser exposto em todas as obras públicas, de forma que, os romanos acreditariam no que vissem, “olharia e obedeceria a um regime duradouro” (SENNETT, 2005, p. 83).

Benevolo (1997) compara os Aquedutos a verdadeiras obras de arte que, conforme eram construídas muito além das cidades que iriam abastecer, passando por vales e montanhas com estruturas realmente impressionantes, parece, muito mais do que necessidades técnicas, a vontade de deixar obras monumentais e impressionantes para a posteridade.

Bustamente (2006) fala de uma ordem visual, onde a solidez e a grandiosidade moviam o ego romano. Não bastava construir, era necessário evidenciar. O cidadão ao olhar tais obras, que dominavam a paisagem e a modificavam, sendo levado a obedecer ao próprio Império. Contudo, muito mais do que o imaginário por detrás dos aquedutos, existia um sentido muito mais objetivo em sua construção: possibilitava o surgimento de cidades, mesmo em locais onde não havia água suficiente para a manutenção de uma população urbana.

O arco⁵⁵ caracterizou os aquedutos, além de possibilitar a economia de material bruto na construção dos mesmos. Porém, embora seja uma das características mais notáveis, corresponde geralmente a menos de 20% dos percursos, no geral, o sistema era composto de canais subterrâneos, que exigiam cálculos específicos e muito trabalho manual, que eram realizados pelos escravos, ou muitas vezes nas províncias, pelos próprios soldados.

Imagem 6: Sistema de transporte de água até a cidade com aquedutos



FONTE: *Aquedutos romanos – maravilhas da engenharia*. JW. ORG, NOVEMBRO, 2014. Disponível em < <https://www.jw.org/pt/publicacoes/revistas/g201411/aquedutos-engenharia-romana/>>. Acesso em 18.set.2017.

⁵⁵ COLE, 2014, p. 126- 127.

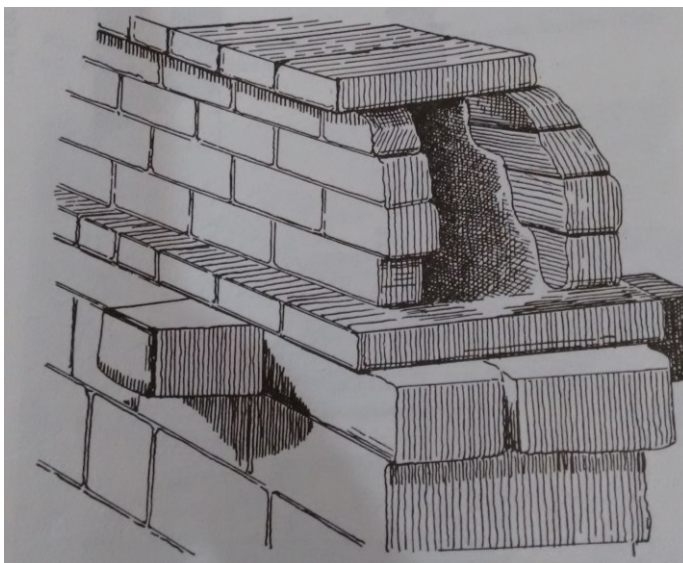
A Imagem 6 possibilita a compreensão do funcionamento dos aquedutos que saíam de fontes e passavam pelas montanhas e vales, sendo que haviam câmaras para a inspeção ao longo do trajeto e tanques que buscavam separar os sedimentos antes da água chegar nas cidades. Nesse sentido, Benevolo (1997, p. 188) coloca que os romanos preferiam água de nascente ou fluvial filtrada, de onde iniciavam os aquedutos,

[...] canalizam-na num conduto retangular (*spacus*) revestido com reboco de tijolos em pó (*opus signinum*) coberto mas passível de ser inspecionado e arejado, com declive o mais constante possível (de 10 a 0,2 por mil, segundo as características do percurso) de maneira que a água flua livremente.

Esses túneis, por onde a água trafegava, passava pelo subterrâneo, quando necessitavam transpor montanhas, como demonstrado na Imagem 6, e eram elevados por arcadas quando passavam pelos vales, de forma que ao chegar nas cidades se encontram com pressão reduzida para não superar o limite de resistência das tubulações.

Quando passavam pelos vales os aquedutos eram cobertos, como observável na Imagem 7, por pedaços de madeira ou outro material disponível nas localidades, que fosse leve e fácil de ser removido e recolocado, sendo disposto acima do canal por onde a água passava e serviam para proteger a água de agente externos, de forma que poderia ser fiscalizado e limpo quando necessário.

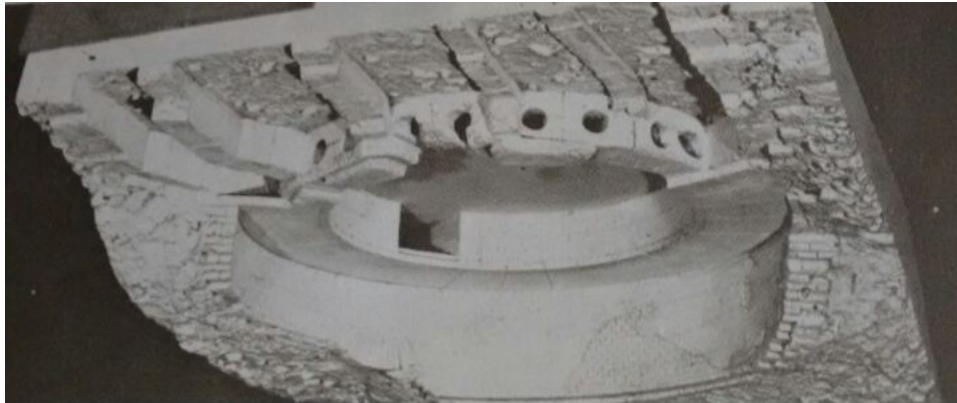
Imagem 7: Axonometria do conduto do aqueduto Anio Vetus em Roma



FONTE: BENEVOLO, 1997, p. 189.

Ao longo do percurso e na chegada dos aquedutos, como fica claro na Imagem 6, encontravam-se os reservatórios de decantação, ou de sedimentação, conhecidos como *piscinae limariae*, onde a água depositava as impurezas⁵⁶.

Imagem 8: O *castellum* de distribuição do aqueduto de Nimes



FONTE: BENEVOLO, 1997, p. 188.

Em seguida, passava pelos tanques de distribuição, as *castellas*, que, como podem ser observadas na Imagem 8, eram uma espécie de tanque, onde a quantidade de água era medida, passando através dos cálices de bronze (que são orifícios visíveis na imagem em questão), e daí para as tubulações da cidade. Faz-se a observação de que para alguns usos especiais existiam reservatórios maiores como no caso das Termas de Caracala, onde existiam reservatórios particulares embaixo das arquibancadas do teatro⁵⁷, o que demonstra sua preocupação estética com o ambiente, visto que estes reservatórios dificilmente ficavam a mostra.

A glória dos aquedutos, e as grandes construções em geral, “sobrepunha a rebeliões dos súditos, as guerras civis desencadeadas pelos senadores e a ruína causada pelos atos dos próprios governantes [...]” (SENNETT, 2003, p. 86), dessa forma, inserem-se as termas como construções populares, voltadas ao entretenimento do grande público, e que abrangia dentro de suas paredes um conjunto de inovações e influências das mais diversas regiões do Império, sendo que para a sua construção os arquitetos utilizaram materiais disponíveis na região.

⁵⁶ BENEVOLO, 1997.

⁵⁷ ROMA: *Construindo um Império*. Christopher Cassel. Estados Unidos: History Channel, 2005. 85 minutos, DVD, dublado, colorido, 16:9.

4.2 A estrutura física e suas tecnologias

Durante o Período Imperial Romano expandir um território já imenso era algo impensável, contudo, em seu lugar preferiu-se cavar portos, secar lagos, abrir estradas, e entreter a população⁵⁸. Dentro dessas novas iniciativas, observa-se um programa arquitetônico⁵⁹, onde, a partir principalmente de Augusto, expande-se para as diversas regiões das províncias. Contudo, verifica-se “[...] um esforço romano e das elites provinciais em sistematizar a urbanização pré-romana nos moldes romanos [...]” (BUSTAMANTE, 2006, p. 116).

Como já apontado anteriormente, dentro da proposta das cidades planejadas, as Termas eram uma das estruturas voltadas diretamente ao grande público, e que ao longo dos anos sofria constantemente ampliações e inovações, conforme estas se julgassem necessárias⁶⁰.

Poucas foram as modificações quanto ao roteiro interno dentro das instalações termais, no geral, permaneceram similares ao longo dos anos e também nas diferentes localidades em que encontramos ainda hoje resquícios de sua existência. Eram edifícios dispendiosos, quer na construção, quer na manutenção, tal dificuldade se devia principalmente devido ao fato de ter de satisfazer requisitos técnicos estereotipados, exigindo conhecimentos de engenharia hidráulica articulados, quer no abastecimento de água quer em sua drenagem.⁶¹

Todas as orientações e restrições se deveram, em grande medida, ao Tratado de Vitruvio, nomeado arquiteto romano, que descreveu não só quais as dimensões ideais de cada espaço, como também a posição em relação ao sol que seria a mais apropriada para cada repartição pública.

No caso das Termas, nota-se uma preocupação com a relação entre o horário de maior aglomeração de pessoas e a posição solar, dessa forma, as Termas, independente da localidade, será voltada para o poente. É necessário fazer a ressalva de que tal afirmação não pode ser tomada como regra geral, contudo, todas as pesquisas até aqui realizadas apontam para tal dado.

⁵⁸ Como nos observa GRIMAL, 2008, p. 91.

⁵⁹ BUSTAMANTE, 2006.

⁶⁰ Caso que fica claro no caso das Termas de Bracara Augusta, que sofre de quatro a cinco modificações, com a ampliação de algumas salas, ou mesmo sua eliminação, de forma a acompanhar as tendências do período, que basicamente giravam em torno mais da estética, do que propriamente algo mais funcional (MARTINS, 2005).

⁶¹ MARTINS, 2005, p. 73.

As termas possuíam dois mundos, um acima do assoalho aquecido, frequentado pelos banhistas, e aquele onde os escravos, que alimentavam as fornalhas e cuidavam dos quesitos técnicos, ficavam⁶².

Imagem 9: Hipocausto do apodyterium de Baraca Augusta



FONTE: MARTINS, 2005, p. 25.

O sistema de aquecimento das termas ficou conhecido como *hipocausto* consistindo em fiadas de *pilae*, assentadas com tijolos do tipo *lydion*, como ilustrado pela Imagem 9, onde a distância e altura das colunas pode ser percebido com facilidade. Essas fileiras, que sustentavam o chão aquecido, acima delas eram espaçadas entre si cerca de 0,50m, em uma altura em média de 0,75m, sendo que nas paredes⁶³, vãos em medidas similares, ou encanamentos⁶⁴, subiam até o teto, por onde circulavam o ar quente que vinha das fornalhas abastecidas com lenha⁶⁵. Estas fornalhas também aqueciam a água quente e morna, as temperaturas podiam variar devido ao fato de muitas vezes existirem sistemas independentes para cada sala, ou seja, hipocaustos específicos para cada ambiente, com acesso pelas antessalas.

Cada ambiente era separado por paredes e/ou corredores, geralmente adornados com pinturas, estátuas e relevos, que serviam para embelezar o ambiente e dar aos seus frequentadores (geralmente pessoas comuns do povo) a ideia de fazer parte do luxo. É esse deslumbramento que contrasta duramente com

⁶² ROMA: *Construindo um Império*. Christopher Cassel. Estados Unidos: History Channel, 2005. 85 minutos, DVD, dublado, colorido, 16:9.

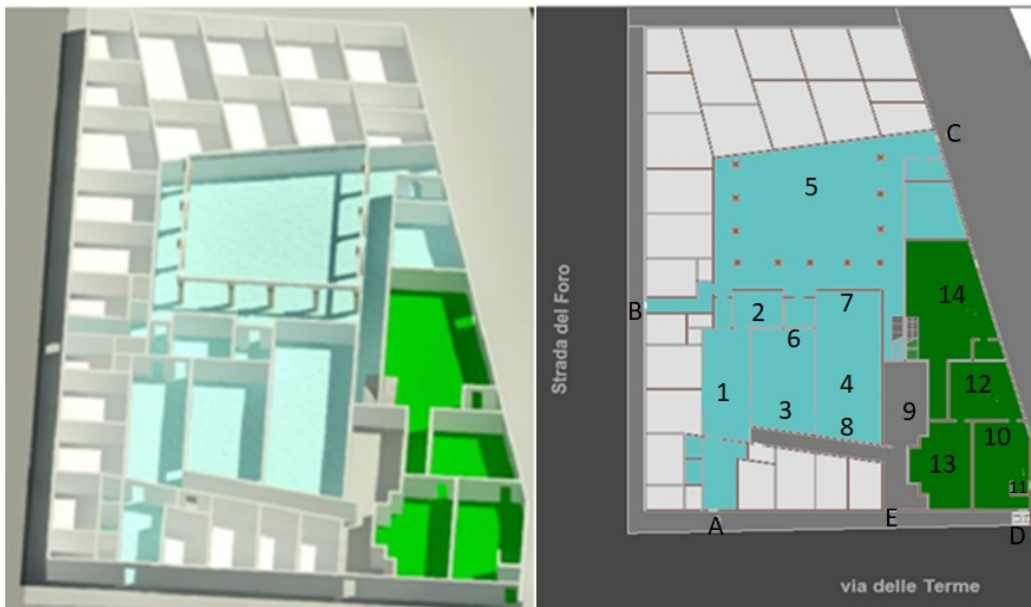
⁶³ Nem todas necessitavam ser aquecidas, contudo quando o eram essas paredes duplas eram chamadas de *concameratio* (CARPICECI, 1995, p. 36).

⁶⁴ Cujo material variava de região para região. Observa-se alguns casos em que os encanamentos eram feitos de cobre, outros de argila, ou ainda de madeira talhada. Ver: BENEVOLO (1997); MARTINS (2005); CARPICECI (1995).

⁶⁵ MARTINS, 2005.

as áreas de serviço, geralmente com chão de terra batida, ou revestido com material barato, que não sobreviveu intacto até nossos dias.

Imagem 10: Conjunto planimétrico das termas do foro (Pompéia)



LEGENDAS: Legenda por cor: BRANCO: prédios que circulavam o edifício da Terma do Foro (lojas, mercados, etc.); AZUL: área masculina; VERDE: área feminina; CINZA CLARO: área de serviço; CINZA ESCURO: ruas que circundavam a quadra. Legenda dos locais: A) entrada masculina; B) entrada do ginásio; C) entrada secundária; 1) *apodyterium*; 2) *frigidarium*; 3) *tepidarium*; 4) *calidarium*; 5) palestra; 6) braseiro e bancos de bronze; 7) bacia para as abluções; 8) banheira; E) entrada da área de serviço; 9) fornos para ar e água a diversas temperaturas; D) entrada feminina; 10) vestiário; 11) bacia para banhos frios; 12) *tepidarium*; 13) *calidarium*; 14) pátio descoberto e escadas para piso superior. (CARPICECI, 1995, p. 36)

FONTE: CARPICECI, 1995, p. 36.

Um ciclo completo envolvia ambientes específicos e, é necessário fazer a observação de que nem todas as Termas possuíam todos os ambientes, mas no tocante aquela de iniciativa pública, todas possuíam pelo menos um espaço para cada fase.

A Imagem 10 é uma planta baixa das termas do foro localizadas na cidade de Pompéia, e que chamam a atenção pelo local onde estão instaladas⁶⁶, bem no meio do centro comercial e jurídico da cidade, circundada por lojas e mercados destacados em branco.

Além disso, outro ponto é a divisão dos espaços entre masculino e feminino, demonstrado na imagem com a diferenciação de cores, azul e verde. No Período da República esta divisão não era regra em todo o território, é a partir de Augusto que

⁶⁶ Ver imagem 12, p. 58.

tal exigência é imposta. Algumas termas se adaptam dividindo o espaço em horários diferentes para homens e mulheres, em outros casos, como o representado acima, os espaços são distintos para ambos os sexos, variando dessa forma de acordo com as condições econômicas locais.

O banho começava pela entrada, onde seu visitante se dirigia ao *apodyterium*⁶⁷, despia-se e calçava as sandálias de madeira, fornecidas pelo estabelecimento em função dos ambientes quentes.

Após seguia o roteiro indo ao *frigidarium*⁶⁸, local marcado com uma leve declinação do espaço e geralmente contanto com uma soleira, tinha-se acesso a estas piscinas por um corredor, ou por espaços de convivências onde no inverno se praticavam exercícios ou jogos de mesa.

Na sequência, dirigiam-se ao *tepidarium*⁶⁹, local onde com o aquecimento da água e do ambiente, preparava-se o corpo para a próxima etapa. O *caldarium*⁷⁰, onde a temperatura alcançava níveis elevados, e a água gerava uma sensação de relaxamento corporal.

Esses espaços consistiam no básico do que se encontraria nas Termas. Sendo que em muitos casos, observam-se outros serviços disponíveis como latrinas, saunas, bibliotecas, ginásio, jardins, teatros, massagens e restaurantes, proporcionando aos clientes uma experiência realmente única, que tinha por objetivo mostrar o lado civilizado romano.

A Imagem 11 apresenta uma representação da Termas da Caracala, que é um excelente exemplo do exposta até aqui, onde além do circuito de banhos, outros serviços eram disponibilizados aos frequentadores e ainda contava com uma rica ornamentação que buscava apresentar o lado luxuoso do Império a todos os homens e mulheres que adentravam em seu ambiente.

De forma geral, é preciso lembrar, contudo, quanto aos revestimentos e decorações, que os romanos não tinham tanto mármore disponível como os gregos, segundo Cole (2014, p. 126) “exploravam as fontes locais de tufo, travertino e peperino”, misturando características etruscas, helênicas e provinciais ao próprio estilo romano.

⁶⁷ Vestiário (CARPICECI, 1995), pontos 1 e 10 da imagem 10.

⁶⁸ Banho frio (CARPICECI, 1995), pontos 2 e 11 da imagem 10.

⁶⁹ Banho morno (CARPICECI, 1995), pontos 3 e 12 da imagem 10.

⁷⁰ Banho quente (CARPICECI, 1995), pontos 4 e 13 da imagem 10.

Dessa forma, Bustamente (2006, p. 111) afirma que “[...] evidencia-se uma pluralidade de situações de inclusão, assimilação, segregação e exclusão social [...]”, do qual a arquitetura é o ponto mais evidente.

Imagem 11: As termas de Caracala



FONTE: A ORIGEM DO SPA. In: A origem das coisas. Disponível em <<http://origemdascoisas.com/a-origem-do-spa/>>. Acesso em 30 Set.17.

Participar da vida na cidade é privilegiar-se das vantagens urbanas, que difundiram uma forma de vida comum que integrasse a comunidade. Sitte (1992) aborda em seu ensaio a influência que os efeitos artísticos e arquitetônicos têm sobre os sentimentos e a moral de seus cidadãos. O que corrobora com as luxuosas decorações das Termas, que contavam com adornos de ouro, cobre, prata, pedras preciosas, cristais, que estavam ali apenas para refletir a luz, e motivavam as pessoas a querer pertencer a esse mundo brilhante que se colocava a sua frente.

Silva e Silva (2008) informam que as Termas eram mais do que um espaço para a higiene pessoal, elas eram parte do cotidiano da urbs, e ao alcance de todas as camadas da população. Entretanto, para Andrade (1997, p. 99), o direito à cidade, pelos trabalhadores, “[...] não se faz sem constrangimentos, regras e

exigências de comportamento que darão origem ao sentido de urbanidade que deve regulamentar o uso civilizado dos espaços públicos.” Nesse sentido, regras são colocadas ao espaço aqui analisado, isto que as Termas eram locais para cidadãos livres, sendo permitidos escravos apenas como acompanhantes de seus senhores, para auxiliá-los no que fosse necessário.

Carlos (2007) aponta para a importância que a produção do espaço assume no processo de reprodução da sociedade. Dessa forma, é através dos roteiros, regras e estruturas ricamente adornadas, que os romanos buscaram difundir seu modo de vida, e muito mais do que isso, buscaram conquistar os povos dominados, não pela força, mas sim pela cultura.

4.3 A inserção urbana das Termas

Desde que o povo já não desempenhava nenhum papel efetivo na vida política do Império, era necessário pensar em novos locais sociais para exercerem sua consciência de membros da cidade⁷¹, dentro deste contexto, as termas sinalizam como um dos locais de encontro dos cidadãos propícios a tal fim.

Para a pesquisadora Manuela Martins (2005, p. 65), o ato de construir edifícios públicos era um privilégio das elites econômicas e políticas das cidades, nesse sentido,

[...] a construção de equipamentos cívicos, entre os quais se incluem termas públicas, podem ser entendidas como um ato político que reflete, tanto as aspirações sociais e as percepções das elites urbanas, como as experiências e necessidades dos usuários dos referidos edifícios.

Assim, “[...] o homem se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo determinado, que é aquele da sua reprodução na sociedade [...].” (CARLOS, 2007, p. 21), ou seja, conforme o homem é introduzido num espaço, e se identifica com ele, logo o torna seu, e reproduz aquilo que este espaço representa.

Conforme se observa a arquitetura termal e suas decorações, é possível vislumbrar, portanto, as ideias das elites frequentadoras, e mesmo o imaginário

⁷¹ GRIMAL, 1993.

romano do que seria “ser romano”⁷², demonstrando como o espaço foi produzido e reproduzido de forma a dar significado a um conjunto de imagens e atos.

Peter Burke (2004, p. 116) aponta que utilizar imagens fabricadas dentro do contexto de propaganda de algum objeto, neste caso uma ideologia, necessita-se um olhar crítico e aguçado, tornando-se “[...] interessante empregar o termo “subliminar” num sentido mais amplo para referir à maneira pela qual a imagem mental de um determinado produto é construída associando vários objetos com sua imagem visual [...]”, o que é um processo de manipulação consciente por parte de quem produz as imagens, mas largamente inconsciente para os espectadores.

Assim, as representações coletivas, sejam elas quais forem, devem ser entendidas como matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social, pois, conforme Chartier (2002, p. 183), “[...] mesmo as representações coletivas mais elevadas, só tem existência, só são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos.”, ou seja, na medida em que levam os indivíduos a determinadas práticas sociais.

As cidades provinciais tinham como paradigma a própria Roma, nesse sentido, ao observarmos a cidade provincial de Pompéia na Imagem 12, em contraponto com a própria capital do Império, na Imagem 2, observamos semelhanças entre ambas, principalmente no tocante a sua organização interna do espaço, onde o Fórum encontra-se no centro da cidade, o que também chama a atenção na Imagem 3, referente a cidade de Silchester, província romana na Bretanha.

O que se pretende demonstrar aqui é que a Urbe, ao se espalhar pela rede urbana em construção, tendo Roma como modelo e reproduzindo as instituições, os cultos, os monumentos, as imagens, gestos e costumes, davam forma e vida aos edifícios frios. “Essa onipresença romana nas províncias levava as populações a desejarem ser romana, eis aí o elemento chave para a romanização.” (BUSTAMANTE, 2006, p. 117).

⁷² MARTINS, 2005.

Imagem 12: Localização das termas na cidade de Pompéia⁷³



FONTE: *POMPEIA, a cidade sepultada pelo Vesúvio*. La nostra Itália: 8.jul.2001. Disponível em <<http://bloglanostraitalia.blogspot.com.br/2011/07/pompeia-cidade-sepultada-pelo-vesuvio.html>> Acesso em 19.set.17. Grifo nosso.

Dessa forma, toda construção era mais do que os olhos podiam ver, eram para Sennett (2003), a própria representação do poder imperial, do poder da própria Roma, e, portanto, estavam vestidas de uma aura que atingia o imaginário das populações sob domínio romano.

Os locais escolhidos para erguer as termas, dessa forma, nunca eram pelo acaso, mas representavam antes fatores de ordem urbanística, econômica e política (MARTINS, 2005, p. 66). No geral, as termas estavam inseridas na malha urbana, próximo aos principais centros com grandes aglomerados de pessoas, como fórum, mercados, e teatros, de forma a beneficiar o maior número possível de cidadãos.

Servindo de exemplo claro podemos tomar a Imagem 12, onde as termas do Foro⁷⁴, da Cidade de Pompéia estão localizadas logo atrás do Templo de Júpiter e do Fórum, de forma a atenderem ao longo do dia, e principalmente ao fim do expediente, as pessoas que circulavam pelo ambiente cidadão⁷⁵.

⁷³ Localização realizada conforme informações disponíveis em: CARPICECI, Alberto. *Pompeia: hoje e como era 2000 anos atrás*. Florenza: BET, 1995, p. 17.

⁷⁴ Imagem 10, p. 53.

⁷⁵ CARPICECI, 1995.

Elemento arquitetônico privilegiado da paisagem urbana, as termas tornaram-se, com a sua ampla difusão, num importante veículo de imposição da sociedade e da cultura romanas, dando satisfação às necessidades de higiene, mas também do otium, tornando-se cenários da vida social, tão ou mais importantes que o próprio fórum (MARTINS, 2005, p.69).

É preciso compreender que havia uma ideia ampla do que significava ser romano e quem podia realmente ajudar a participar do Estado. Conforme o Império se expandia, ou fortificava sua dominação, era necessário um aparato de propaganda que leva as pessoas a quererem fazer parte desta nova realidade. Embora não seja o único meio utilizado pelos romanos, as termas foram provavelmente o mais popular.

Esse ego coletivo, construído durante séculos, levava os cidadãos, ou aqueles que aspirassem a cidadania, a adequação aos novos padrões, cada vez mais grandiosos, medidos pelo tamanho da ambição de seus líderes e conseqüentemente de seu povo.

Anderson (2004) aponta que o império foi consumado fortemente pelo decreto de Caracala⁷⁶ em 212 d.C., e significou pertencer a um lugar, o Império Romano. Durante séculos, os povos dominados buscaram atingir os padrões exigidos para possuir tal status, dessa forma, tal edito terá impacto político, econômico e principalmente social nas províncias.

Observa-se assim, que as Termas, ao constituírem um dos edifícios mais emblemáticos das cidades romanas, segundo Martins (2005, p. 73), era

[...] reflexo inequívoco da adoção generalizada da cultura romana nas províncias [...] nenhuma cidade as dispensava, pelo que as termas representam o exemplar mais democrático da arquitetura funcional romana, tornando-se uma verdadeira expressão da urbanização.

O processo de romanização pode ser entendido como um projeto cultural⁷⁷, vinculado pela produção intelectual e pela linguagem das imagens que buscam traduzir tais ideais, relacionando a nova identificação política e temporal com a necessidade de construção da identidade imperial.

A política de remodelação das cidades, empreendidas dentro do Alto Império principalmente, terá grande impacto na vida dos povos que estavam até pouco

⁷⁶ Ver Imagem 11, p. 55.

⁷⁷ MENDES, 2006, p. 41.

tempo além das fronteiras romanas. A inserção de novos costumes e da própria vida urbana que passava a movimentar grande número de pessoas faz com que os mecanismos de dominação, sejam eles explícitos ou não, adquiram um papel de destaque dentro da sociedade que está se formando.

Contudo, tais populações não estão como meros espectadores, elas reagem e interagem, se apropriando de seu meio e dando novos significados às práticas mais diversas e comuns. Essa nova significação irá caracterizar não só os hábitos, mas também a fala, escrita e as próprias construções, que serão pouco a pouco uma fusão entre o que era produzido na capital com as províncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender as Termas romanas e o papel que desempenharam, enquanto instrumentos de romanização dos povos conquistados, exige primeiramente compreender o contexto romano do período imperial. Isso porque a última fase do governo romano diferiu significativamente de sua antecessora.

A política expansionista imperial não estava voltada necessariamente para a conquista de novos territórios, mas sim para a fortificação da posição romana nos locais já dominados. Contudo é preciso lembrar que existiram iniciativas militares no período, mas essas eram voltadas muito mais a dar contornos coerentes ao Império, do que propriamente uma política de conquista em grande escala como no período republicano.

Augusto, ao conquistar o poder, não só centralizou o mesmo em suas mãos, como atribuiu ao Senado um papel secundário, fez mudanças consideráveis na administração pública, reconfigurando a máquina estatal de forma a ser mais eficiente e centralizada. Essa mudança de postura, também levou a um momento de crescimento interno, conhecido como *Pax Romana*, onde se observa um florescimento da arquitetura, arte e literatura, com a construção de inúmeras cidades, portos, estradas, cloacas e aquedutos.

Contudo tal aparência de avanço mascarava uma realidade que desembocou na crise econômica do século III d.C.. Isso se deveu em grande medida devido ao fato de que a economia romana estava baseada na conquista, que conseguia terras e escravos para Roma, sendo que as terras e escravos davam as condições para a guerra.

Quando cessaram as conquistas territoriais, a economia continuou com o mesmo sistema, baseando-se no trabalho escravo que não possuía um modelo de auto reprodução, isso levou a uma deficiência cada vez maior, levando a cidade a sérias dificuldades. Nesse sentido os imperadores, em sua maioria, apostaram em uma política mais voltada a distrair o povo do que propriamente resolver os problemas latentes da sociedade, e os fazendo vir à tona conseqüentemente.

Assim, é necessário observar a dualidade da fronteira, que enquanto espaço de encontro e conflito terá, de um lado, o romano, identificado como o civilizado, e de outro, os povos que circundavam o Império, os “bárbaros”. Essa contraposição serve para demonstrar que os povos dominados, embora vistos pelos romanos como

um grupo único eram, na realidade, com conjunto bem diversificado, que como tal, apresentava dificuldades que variam de acordo com sua cultura. Se de um lado do Império temos territórios com uma população já acostumada com as facilidades que a vida urbana proporciona, de outro teremos grupos nômades ou seminômades que irão reagir constantemente ao domínio romano.

Tal contexto acabou por exigir uma política que abrangesse muito mais do que o uso da força militar, mas algo que tocasse num ponto mais sensível, a cultura, o cotidiano, ou seja, o próprio estilo de vida dessas populações.

Ao adotar o sistema de cidades planejadas, os imperadores faziam da representação sua arma principal. A pedra dará contornos que perpassam o tempo, e, nesse sentido, perpetuam a ideia de continuidade e imutabilidade que Roma desejava, visto que entendiam que o povo acreditaria no que visse, olharia e seria levado conseqüentemente a obedecer.

A medida de seu Império era dessa forma, ligada ao tamanho das coisas. O tamanho de seu território, de suas construções e, conseqüentemente, o tamanho da própria ambição de seus imperadores e do próprio povo. Dessa forma, construir uma cidade era mais do que um ato prático, mas sim, um ato dotado de todo um significado e ritual que precisava ser seguido de forma a justificar o poder do Imperador e, na seqüência, a presença romana nos novos territórios.

Tendo Roma como modelo primeiro de cidade ideal, as províncias irão copiar, na medida do possível, os prédios característicos romanos, não só na função, mas principalmente no estilo arquitetônico. Contudo as dificuldades de obter materiais e as próprias adversidades geográficas, culturais e sociais, farão surgir nas frestas que eram permitidas a influência dos povos dominados sobre os romanos, exemplo claro pode ser observado nas termas, onde elementos “bárbaros” podem ser percebidos, mesclados na estrutura tipicamente romana.

Conforme os primeiros anos do Império começam a ser sentidos, observa-se muito mais a busca por remodelar as cidades já existentes na parte Oriental, do que fundá-las na parte Ocidental, onde as populações, em geral tribos, não tinham a cultura urbana inserida e/ou desenvolvida em seu meio.

Fundar uma cidade do nada, como o que ocorria em grande parte do território ocidental do Império, dispndia um gasto considerável aos cofres públicos. Por outro lado, inserir nos habitantes o desejo de adquirir a cidadania romana através de um

espírito de competição, levava cada província a procurar se adequar cada vez mais aos padrões estabelecidos por Roma.

Nesse sentido as Termas adquirem papel preponderante. Ser romano era ser civilizado, e ser civilizado era ser limpo. Os aquedutos, as cloacas, as regras ocultas de aparência, tudo estava voltado a ideia de limpeza. A água, era mais do que um meio de possibilitar aglomerar um número considerável de pessoas num só local, era a justificação de superioridade que os romanos usavam sobre os demais povos.

De forma geral, o que chama a atenção nos romanos não é tanto as inovações tecnológicas, mas sim sua utilização em escalas que antes nem se podiam imaginar. Assim, as termas foram o local onde estas “inovações” serão aplicadas, ganhando muitas vezes novas utilidades, buscando traduzir em seus frequentadores um certo grau de deslumbramento.

A rica ornamentação das termas, com suas pinturas, esculturas, mosaicos, pedras cintilantes e arborização, demonstrava o lado luxuoso do Império, e permitia, do rico ao mais humilde camponês, participar deste ritual que, muito mais do que o ato de limpeza em si, correspondia a um tipo complexo de prazer.

Chama a atenção que nas diversas plantas baixas utilizadas ao longo do trabalho, fica claro que as termas estavam inseridas no meio urbano, ou seja, nos locais de maior concentração de pessoas, sendo que, por serem utilizadas no final do dia, sua construção levava em conta a posição do sol no poente e não no nascente, como no restante dos prédios públicos e privados.

Esse aglomerado de pessoas, que saíam do trabalho e se dirigiam as termas, percorriam um caminho preestabelecido, com um circuito de banhos, quentes e ou frios, e que, por seguirem tal lógica, traduziam a seus visitantes a ideia de ordem e civilização pregadas por Roma.

O que se buscou reforçar no trabalho é a relação entre ter a cidadania romana e ser de fato um romano, e nesse sentido as Termas serão um instrumento útil de propaganda, pois o Império, diferente da República, buscará formas de controle mais sutis. Se no período anterior, a obediência do povo era tida através de mecanismos como o exército e a própria força bruta, na fase imperial tal processo ocorrerá despertando no povo a vontade de pertencer a este mundo à parte.

Mundo este traduzido com maestria no próprio conceito que as Termas representavam. Não se tratava de tomar banho, mas sim de ficar limpo. A diferença de tal sentença repousa no fato de que no primeiro caso se tratava de lavar o corpo,

e, no segundo, ir além e lavar também a própria alma. Para tanto, não são disponibilizados apenas banheiras, mas também saunas, sala de massagens, mercados, bibliotecas, sala de jogos, local para prática de esportes, jardins, sala para reuniões reservadas, enfim, um espaço onde independente de sua posição social ou sexo, qualquer um podia fazer parte, mesmo que em menor proporção.

Dessa forma, participar da vida urbana, e neste caso em específico das termas, era participar do Império. Ser romano mais do que um título, foi uma construção paulatina iniciada muito antes do período imperial, mas que alcançou seu auge com a centralização do poder na figura do imperador. E que, a partir do edito de Caracala, concedendo a cidadania a todos que vivessem dentro das fronteiras romanas, alargou, não só um conceito, mas todo o estilo de vida que o acompanhava.

A cidadania romana era desejada, não só pelos direitos que vinham embutidos nela, mas principalmente porque significava fazer parte de Roma, tal sentimento só foi produzido na medida em que os povos dominados foram sendo associados nas novas formas de ver e viver o mundo romano.

REFERÊNCIAS

- A *ORIGEM DO SPA*. In: A origem das coisas. Disponível em <<http://origemdascoisas.com/a-origem-do-spa/>>. Acesso em 30 Set.17.
- AQUEDUTOS ROMANOS – maravilhas da engenharia. JW. ORG, NOVEMBRO, 2014. Disponível em <<https://www.jw.org/pt/publicacoes/revistas/g201411/aquedutos-engenharia-romana/>>. Acesso em 18 set.2017.
- ANDERSON, Perry, *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. Confinamento e deriva: sobre o eclipse do lugar público na cidade moderna. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SOUZA, Célia Ferraz de (org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1997, p. 97 - 103.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1997.
- BRESCIANI, Maria Stella. Cidade, cidadania e imaginário. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SOUZA, Célia Ferraz de (org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1997, p. 13 - 20.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Império Cartaginês: A luta pela hegemonia no Mediterrâneo Ocidental. In: SILVA Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidney J. (Org.). *Os impérios na história*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009, p. 15-26.
- _____. Práticas Culturais no Império Romano: Entre a Unidade e a Diversidade. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (org.). *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 109 - 136.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARPICECI, Alberto. *Pompeia: hoje e como era 2000 anos atrás*. Florenza: BET, 1995.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.

_____. O mundo como representação. *Revistas das revistas: estudos avançados*, v. 11, n. 5, p. 173- 191, 1991.

CIVILIZAÇÃO. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionários de conceitos históricos*. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 59 – 62.

COLE, Emily. *História ilustrada da arquitetura*. São Paulo: Publifolha, 2014.

COLONIZAÇÃO. In: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionários de conceitos históricos*. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 67 – 70.

CORNELL, T. Matthews J. Atlas of the Roman World. Oxford: Factson File, 1992, 75-106. In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura da (orgs). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad: Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 295.

COSTA, Ricardo da. *Do fim do mundo Antigo à Alta Idade Média (100- 600 d.C.)*. Palestra proferida no café Geográfico da UFES, 2010. Disponível em <<http://www.ricardocosta.com/artigo/do-fim-do-mundo-antigo-alta-idade-media>>. Acesso em: 22 jun.2017.

FERREIRA, Olavo Leonel. *Visita à Roma Antiga*. São Paulo: Moderna, 1993.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. *O mundo antigo: economia e sociedade*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção tudo é história: 39).

FRANCO JR. Hilário. *A Idade Média, nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FREITAG, Barbara. *Teorias da Cidade*. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A.; RODRIGUES, Marly; PAES, Maria Helena Simões (coord.). *Roma: vida pública e vida privada*. São Paulo: Atual, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____; GARRAFFONI, Renata Senna. Economia Romana no Início do Principado. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco (org.). *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 53 – 63.

GUARINELLO, Norbeto Luiz. Introdução. In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura da (organizadoras). *Repensando o Império Romano: perspectiva*

socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad: Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 13 - 19.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Trad. Isabel Saint-Aubyn. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993

_____. *História de Roma*. Lisboa: Texto e Grafia, 2008.

INVASÕES BÁRBARAS. In: AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 256 – 257.

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale dos Sinos*. Tese (Doutorado em História) - Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC/ USP, 1997.

MARTINS, Manuela. *As Termas romanas do Alto da Civilidade: um exemplo de arquitetura pública de Bracara Augusta*. Braga: UAUM – Unidade Arqueológica da Universidade de Minho, 2005.

MCEVEDY, Colin. *Atlas da história antiga*. 2. ed. São Paulo: Verbo, 1990, p. 92- 93.

MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura da (organizadoras). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad: Vitória, ES: EDUFES, 2006.

MOURITSEN, Henrik. *The freedman in the Roman world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=sOWxzU66-...>>. Acesso em 22 jun.2017.

PAZ ROMANA. In: AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 349 – 350.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A cidade maldita*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SOUZA, Célia Ferraz de (org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1997.

_____. *O imaginário da cidade: visões Literárias do urbano- Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

_____. *História e História Cultural*; Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POMPEIA, *a cidade sepultada pelo Vesúvio*. La nostra Itália: 8.jul.2001. Disponível em < <http://bloglanostraitalia.blogspot.com.br/2011/07/pompeia-cidade-sepultada-pelo-vesuvio.html>> Acesso em 19 set.17.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 185 – 202.

RECONSTRUCTION of the imperial Rome (A.D. 4th c.), by Italo Gismondi (1935-1971), Museo della Civiltà Romana, Rome. Disponível em <<http://www.museociviltaromana.it/>> Acesso em 02.jul;2017.

ROMA: Construindo um Império. Christopher Cassel. Estados Unidos: History Channel, 2005. 85 minutos, DVD, dublado, colorido, 16:9.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionários de conceitos históricos*. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

TRAVOY, Alain. Da cidade ao Império. In: CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François. *História da Europa*. Lisboa:Referencia/ editorial estampa 1996a, p. 83 - 94.

_____. A Europa romana. In: CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François. *História da Europa*. Lisboa: Referencia/ editorial estampa 1996b, p. 95 - 108.

VARGAS, Anderson Zalewski. A cidade como artifício corruptor. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SOUZA, Célia Ferraz de (org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1997, p. 83 - 92.

VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada 1: do Império Romano ao ano mil*. Tradução: HildegardFeist; consultoria editorial Jônatas Batista Neto, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.